

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NA ESCOLA ESTADUAL
FRANCISCO PESSOA**

Franciele Brazoli Luchetti
Josiane Diamante de Lázaro
Milton Pereira da Silva

Presidente Prudente/SP
2010

**FACULDADES INTEGRADAS
“ANTÔNIO EUFRÁSIO DE TOLEDO”**

FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

**EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NA ESCOLA ESTADUAL
FRANCISCO PESSOA**

Franciele Brazoli Luchetti
Josiane Diamante de Lázaro
Milton Pereira da Silva

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial de Conclusão de Curso
para obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social, sob orientação da Professora Márcia
Helóisa de Oliveira

Presidente Prudente/SP
2010

EVASÃO ESCOLAR: UM ESTUDO NA ESCOLA ESTADUAL FRANCISCO PESSOA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial de Conclusão de Curso para obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social, sob orientação da Professora Márcia Heloísa de Oliveira

Márcia Heloísa de Oliveira
Orientadora

João Ferreira Filho
Examinador

Luci Martins Barbatto Volpato
Examinadora

Presidente Prudente, 06 de Novembro de 2010

“Não me convidaram
Pra esta festa pobre
Que os homens armaram
Pra me convencer
A pagar sem ver
Toda essa droga
Que já vem malhada
Antes de eu nascer [...]
Brasil!
Mostra tua cara
Quero ver quem paga
Pra gente ficar assim
Brasil!
Qual é o teu negócio?
O nome do teu sócio?
Confia em mim...”
(Brasil – Cazuza)

“É preciso plantar a semente da educação para colher os frutos da cidadania”.
(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos a todos aqueles que contribuíram para mais essa realização, em especial a Deus que nos proporcionou capacidade o suficiente para adquirirmos novos conhecimentos.

Aos amados pais, familiares e amigos, fonte de nossas vidas, fruto de um amor incondicional, agradecemos pelo apoio, compreensão e acima de tudo pelo carinho.

Aos professores que, por noites compartilharam de seus saberes, que nos mostraram um mundo diferente daquele que conhecíamos no passado.

Aos caros colegas, funcionários da instituição e todos que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho, nosso muito obrigado pela colaboração.

Aos supervisores de estágio pelo apoio na construção do conhecimento teórico-prático e também pela compreensão nas ausências.

À Márcia Heloisa, nossa orientadora, pela confiança na construção deste trabalho, nossas estimadas considerações.

À professora Luci por ter aceito prontamente compor a banca examinadora. Ao João, diretor da escola, campo de nossa pesquisa, pelo apoio e acessibilidade aos documentos necessários para o desenvolvimento deste trabalho, bem como aceitação em compor a banca examinadora.

Chegamos a esta reta final com a certeza de que obstáculos foram vencidos e que nas próximas etapas vivenciadas enfrentaremos novas dificuldades, mas com persistência em sermos melhores a cada dia, havemos de conquistar mais vitórias.

Josiane, Milton, Franciele

RESUMO

O presente trabalho analisou a Política de Educação no Brasil contextualizando-a, principalmente, no âmbito do direito social tendo como norte a Constituição Federal de 1988 e as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional trazendo assim, as determinações históricas, políticas, sociais e econômicas realizando um retrospecto da educação no país apreendendo-a na colonização, no império, na república, na ditadura militar, na industrialização e no neoliberalismo interpretando os pontos fundamentais para entendermos a educação na contemporaneidade, evidenciando que a escola não é o único lugar onde encontramos o sentido de aprender e ensinar. Ressaltou-se também o desafio na construção da cidadania devido à evasão escolar trazendo a discussão sobre o que é cidadania e a contribuição da educação para tal. Além disso, transcorremos sobre a evasão escolar discutindo seus motivos, bem como pontuando a legislação acerca da temática aqui estudada, fazemos também uma referência no que tange a intervenção do assistente social frente a esta demanda, salientando suas contribuições no âmbito educacional. A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Presidente Prudente em especial no Conjunto Habitacional Ana Jacinta ressaltando suas peculiaridades e historicidade no que tange o seu sistema educacional do ensino médio, destacando a evasão escolar na Escola Estadual Francisco Pessoa. Discorreu-se ainda, sobre a metodologia utilizada na pesquisa e analisou o perfil levantado através das entrevistas realizadas com os adolescentes evadidos, sendo compreendido todo o contexto no qual aquele adolescente está inserido. Apresenta-se por fim, a proposta de inserir o adolescente em capacitações e profissionalizações que tenham por objetivo educá-lo para a cidadania e atender às necessidades dos mesmos em concordância com a sua realidade.

Palavras-chave: Política de Educação. Evasão Escolar. Cidadania. Adolescente. Serviço Social.

ABSTRACT

The present work analysed the politics of Education in Brazil, contextualizing it, mainly, in the scope of the social right having as north the Federal Constitution of 1988 and the “Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Laws of Lines of Direction and Bases of the National Education) thus bringing, the determinations historical, politics, social and economic doing a retrospect of the education in the country, apprehending it in the settling, in the empire, in the republic, in the military dictatorship, industrialization and in the neoliberalism, interpreting the basic points for understanding the education nowadays, evidencing that the school is not the only place where we find the direction of learning and teaching. The challenge in the construction of the citizenship due to pertaining to school evasion was also standed out bringing the quarrel on what it is citizenship and the contribution of the education for it. Moreover, we talked about the school evasion arguing its reasons, raising the main points about the laws of the thematic studied here, we also make a reference in what it refers to the intervention of the social assistant front to this demand, pointing out its contributions in the educational scope. The field research was carried through in Presidente Prudente city, specially at Ana Jacintha neighborhood, standing out its peculiarities and traditions in what it refers to its educational system of average education, detaching the school evasion in the Francisco Pessoa School. It was still discoursed, on the methodology used in the research and analyzed the profile raised through the interviews carried through with the run away adolescents, being understood all the context in wich that adolescent is inserted. It is presented finally, the proposal to insert the adolescent in qualifications and professionalizations that have for objective to educate it for citizenship and to take care of their needs in agreement with their reality.

Key-words: Education Politics. School Evasion. Citizenship. Adolescent. Social Service.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A.C. – Antes de Cristo
Cesumar – Centro Educacional de Maringá
CF/88 – Constituição Federal de 1988
CFESS – Conselho Federal de Serviço Social
D.O.E – Diário Oficial do Estado
EAD – Educação a Distância
Educon – Sociedade Educação Continuada
E.E. – Escola Estadual
E. E. P. S. G – Escola Estadual de Primeiro e Segundo Grau
EF – Ensino Fundamental
EM – Ensino Médio
EJA – Educação de Jovens e Adultos
Fatec – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo
FMI – Fundo Monetário Internacional
FGV – Fundação Getulio Vargas
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB – Lei de Diretrizes e Bases
LFG – Luiz Flávio Gomes
MEC – Ministério de Educação e Cultura
ONU – Organização das Nações Unidas
RJ – Rio de Janeiro
Senai – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
Sesi – Serviço Social da Indústria
Unesp – Universidade do Estado de São Paulo
Uniesp – Universidade Integradas do Estado de São Paulo
Unoeste – Universidade do Oeste Paulista
Unip – Universidade Paulista
Uninter – Grupo Educacional Uninter
USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Escolaridade dos Adolescentes	59
GRÁFICO 2 – Gênero	59
GRÁFICO 3 – Faixa Etária dos Adolescentes.....	60
GRÁFICO 4 – Situação Ocupacional dos Componentes Familiares.....	61
GRÁFICO 5 – Renda Familiar.....	62
GRÁFICO 6 – Escolaridade das Famílias	63
GRÁFICO 7 – Motivos da Evasão Escolar.....	64
GRÁFICO 8 – Profissões que Pretendem Seguir	67
GRÁFICO 9 – Pontos Positivos	71

QUADROS

QUADRO 1 – Estrutura Educacional Brasileira no Período de 1960 a 1971	21
QUADRO 2 – Estrutura Educacional Brasileira após LDB/1971	22
QUADRO 3 – Estrutura Educacional Brasileira após LDB/1996.....	23
QUADRO 4 – Evasão Escolar na Escola Estadual Francisco Pessoa.....	55

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL.....	15
2.1 O Direito Social	16
2.2 A Constituição Federal de 1988	18
2.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)	20
2.4 A Trajetória da Educação no Brasil	24
3 EVASÃO ESCOLAR E O DESAFIO NA CONTRUÇÃO DA CIDADANIA	29
3.1 Cidadania e Educação	29
3.2 A Evasão Escolar	32
3.3 Os Motivos da Evasão Escolar.....	34
3.3.1 Evasão e legislação.....	37
3.4 A Intervenção do Assistente Social Frente à Evasão Escolar.....	38
4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE	45
4.1 Breve Histórico da Cidade.....	45
4.2 Localização	49
5 O CONJUNTO HABITACIONAL ANA JACINTA.....	51
5.1 O Sistema do Ensino Médio de Presidente Prudente	53
6 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	56
6.1 Perfil dos Entrevistados.....	58
6.1.1 Motivo pelo qual parou de estudar	64
6.1.2 A importância do estudo para o entrevistado e sua família.....	66
6.1.3 Profissão que gostariam de seguir	67
6.1.4 Pretensão com relação ao retorno à escola.....	68
6.1.5 Atividades desenvolvidas pelos entrevistados	69
6.1.6 A ausência dos estudos e a perda de oportunidades.....	70
6.1.7 Pontos positivos e negativos da escola Estadual Francisco Pessoa	71
6.1.8 A rede escolar e sua contribuição na volta aos estudos.....	73
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	83
APÊNDICE.....	86

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta as especificidades da educação, ressaltando os aparatos jurídicos e legislativos, que regulamentam esta política, analisando seu contexto sócio-histórico e perpassando pelo seu processo educacional. Nesta perspectiva, foram desencadeadas problemáticas no que tange a evasão escolar realizando um desdobramento de suas debilidades e as causalidades que ocorrem para sua procedência. Para fundamentar esta teoria foi realizada pesquisa de campo na Escola Estadual Francisco Pessoa, localizada no Conjunto Habitacional Ana Jacinta na cidade de Presidente Prudente-SP, da qual foi evidenciado um índice preocupante no que se refere à evasão escolar no ensino médio.

Dentro deste contexto, este trabalho indagou como a evasão escolar reflete no processo educacional do indivíduo, realizando uma compreensão referente às causas e tendências desta demanda, expondo possíveis soluções para esta problemática.

Diante disso, é importante ressaltar que o objetivo geral deste trabalho obteve a intencionalidade de realizar um desvelamento sobre a evasão escolar na escola Estadual Francisco Pessoa de Presidente Prudente, identificando motivos que levam o adolescente do ensino médio a evadir, visando à inserção do profissional de Serviço Social neste campo, com intuito de intervir frente a esta demanda. Sendo assim, o objetivo específico ocorreu em torno de uma análise realizada do perfil sócio-econômico e cultural dos adolescentes que se evadiram da escola, além disso, foram focalizados aspectos relevantes que contribuíram para maior compreensão do assunto, foi feito ainda uma interpretação do contexto que estes adolescentes estão inseridos visando à propositura de soluções para esta questão.

Ao que se refere na realização da metodologia, esta obteve uma desenvoltura baseada em pesquisas bibliográficas, de campo e documental, o referencial da pesquisa bibliográfica realizado neste trabalho foi utilizado a partir de material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos, resoluções, legislações pertinentes e publicações com o intuito de obter dados concretos e

ideias sobre o assunto. A pesquisa de campo, porventura, teve a finalidade de analisar e compreender o contexto sócio-histórico e cultural dos adolescentes evadidos, possibilitando assim maior entendimento e intimidade com o fenômeno estudado.

Já a pesquisa documental auxiliou na elaboração teórica referente à parte na qual se descreve sobre a instituição de ensino pesquisada e a definição dos sujeitos selecionados para amostragem da pesquisa de campo, visto que, para realização do trabalho, foram utilizados materiais restritos e diversificados como estatuto e legislação interna da escola e listagem contendo informações cadastrais e pessoais dos alunos evadidos no primeiro semestre no ano de 2010. Para ser obtido um maior nível de informações, foram elaboradas questões quantitativas e qualitativas que permitiram identificar e analisar as causas da evasão e o perfil destes adolescentes, auxiliando no diagnóstico destas demandas.

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos, o primeiro apresentou a educação enquanto direito social, ressaltando seus aspectos econômicos, sociais, políticos, morais e culturais, além disso, fez uma compreensão entendendo que a educação, não se resume somente à sala de aula, mas que está presente nas famílias, nas igrejas, nas ruas, nas comunidades fazendo com que as ideologias e as crenças se voltem para ela, tornando um mecanismo que os homens utilizam para criarem e recriarem seus moldes de valores morais, princípios e costumes.

Assim, foi destacado ainda, que os direitos sociais são advindos de um longo processo histórico de luta pela obtenção da liberdade individual e direitos coletivos da sociedade, fundamentais e necessários para subsistência humana, mantendo a qualidade de vida, sendo a educação um deles.

Dentre deste contexto, foi observado que a educação apresenta aparatos jurídicos que a asseguram, como, a Constituição Federal de 1988 que a garante, sendo um dever do Estado, da família e comunidade, determinando em sua conjuntura padrões de qualidade ao ensino público e o financiamento desta política, outro dispositivo legal evidenciado, foi a Lei de Diretrizes e Bases que trouxe ao longo de sua trajetória avanço significativo para educação com a criação de conselhos federais e estaduais, de um plano nacional de educação e o estabelecimento de uma gestão mais democrática, pontos que auxiliaram e contribuíram para processo educacional.

O próximo item apresenta um breve histórico do contexto da educação no Brasil, perpassando pelo período colonial até os dias atuais, com intuito de obter uma compreensão mais abrangente referente à efetivação e organização da política educacional na contemporaneidade.

No segundo capítulo foi abordada a educação enquanto valor de cidadania que inicialmente restringia-se às classes com maior poder aquisitivo, nas quais detinham de participação ativa nas decisões políticas e econômicas da comunidade, concepção esta que foi modificada trazendo uma nova conceituação, vinculando-se à democracia, sendo estabelecida por lei, como direito fundamental sem exclusão de classes, no qual, gozam cada indivíduo e que porventura vem atribuído de deveres, permitindo participação na vida política da sociedade, seja de forma direta ou indireta, tendo uma ligação intrínseca com a educação sendo elemento indispensável para seu exercício e constituição, ou seja, caminho que possibilitará na formação de cidadãos que, ao receber uma educação de qualidade, serão capazes de lutar pelos seus direitos e, conseqüentemente, cumprir seus deveres.

Realizou-se ainda uma compreensão da evasão escolar como um problema de origem social que afeta a educação em seu processo de ensino-aprendizagem, sendo um fator preocupante gerando impactos ao sistema educacional e por isso apresenta dispositivos legais e constitucionais que visa combatê-la de forma preventiva e eficiente com objetivo do retorno do aluno à escola.

É importante ressaltar que os motivos que levam à evasão escolar são conseqüências de uma democratização da educação que geram maior acessibilidade e ingresso de pessoas à escola, mas que por outro lado prejudica em sua qualidade, podendo ocasionar uma má formação do aluno e desinteresse dos mesmos em frequentar a escola, sendo este o principal motivo do abandono escolar, conseqüente da necessidade de trabalhar, advindos dos fatores intra e extra-escolar. A Constituição Federal de 1988, nesta perspectiva, vem dar um respaldo para que a evasão escolar não se propague instituindo em seu texto constitucional leis que responsabilizam o Estado, a família e comunidade na orientação do processo de formação estimulando também pesquisas com intuito de inserir crianças e adolescentes na escola, estabelecendo também em um dos seus artigos um plano

nacional de educação que, em suas diretrizes e objetivos devem conter ações articuladas aos poderes públicos para a erradicação do analfabetismo, a universalização e melhoria na qualidade de ensino.

Nesta ótica, se faz necessária a inserção do Serviço Social no âmbito educacional, visto que, esta é uma profissão que atua na realidade social intervindo nas situações de vulnerabilidade e risco social, fazendo uma leitura crítica desta realidade, buscando apreender a questão social e suas expressões, com intuito de modificar aspectos trazendo melhorias em prol dos sujeitos e sua comunidade. No que tange a práxis do assistente social frente à evasão escolar este tem enquanto compromisso o fortalecimento das políticas públicas locais articuladas em rede, conhecendo seu objeto de trabalho em conjunto com equipes multidisciplinares na identificação de fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional, possibilitando um desvelamento dos motivos que acarretam a evasão escolar desvendando limites e possibilidades para que possam propor alternativas objetivando a permanência e o retorno do adolescente a rede de ensino.

Feita essa abordagem, transcorreu-se sobre o contexto sócio-histórico da cidade de Presidente Prudente-SP, fundada em 14 de setembro de 1917, na qual se desenvolveu por meio da ferrovia Sorocabana que contribuiu na expansão da economia cafeeira ocasionando no desenvolvimento do Oeste Paulista. Atualmente é considerada como polo comercial e prestadora de serviços, ampliando-se cada vez mais para atender às necessidades de seus habitantes.

Foi apresentado no capítulo seguinte o Conjunto Habitacional Ana Jacinta que tem suas dependências localizadas na zona Oeste de Presidente Prudente, sendo seu desenvolvimento em 1993. Tem como característica o distanciamento da região central da cidade, por este motivo no início de sua formação destacou-se por poucas linhas de transporte que devido ao seu crescimento populacional e a necessidade de melhores meios de locomoção esta situação acaba se revertendo. Conta ainda com um sub-centro comercial e de serviços de relevância significativa para com sua comunidade como: hospital 24h, banco, casa lotérica, escolas particulares e públicas, locadoras, panificadoras, a Vila da Fraternidade que é uma comunidade para idosos e um amplo parque do povo. Discorreu-se ainda neste capítulo sobre a organização do sistema de ensino médio de Presidente Prudente, que conta com 23 escolas públicas, fazendo parte deste

quadro a Escola Estadual Francisco Pessoa, situada no bairro já citado, sendo esta escola o objeto de pesquisa do presente trabalho, onde foi constado um total de 33 adolescentes evadidos no primeiro semestre de 2010.

O próximo capítulo teve o propósito de conhecer as especificidades da escola e aproximar-se da realidade dos alunos identificando os motivos que originaram a evasão escolar.

Após o levantamento e a análise dos dados obtidos durante a pesquisa verificou-se a necessidade de inserção do profissional de Serviço Social no que se refere à demanda da evasão escolar, pois o assistente social possui um perfil que permite o desvelamento da realidade dos adolescentes evadidos, neste sentido, foram elencadas propostas de intervenção para o enfrentamento da problemática.

2 EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL

Para falar da educação enquanto um direito social, deve-se entendê-la nos aspectos econômicos, sociais, políticos, morais, culturais e, principalmente, que ela não se limita em ser apenas um espaço centrado no poder dos detentores do conhecimento.

Muitas pessoas socializam escola como sendo o único lugar de educação, no entanto, vale ressaltar que a educação está presente em todos os lugares, onde há contato do homem com o homem, como: nas famílias, igrejas, ruas, comunidades fazendo com que as ideologias e as crenças se tornem mecanismos dos quais o ser humano tenha a capacidade de criar os seus próprios valores, princípios e costumes. Como assim afirma Costa et al (2006, p. 37-38):

A escola é um rico espaço de construção e formação da cidadania, ou, que pelo menos deveria ter tal funcionalidade. Isso não quer dizer que outras instituições como igrejas, forças armadas, as empresas, as famílias, e de certo modo, os sindicatos também não têm a responsabilidade de formação e preparação do exercício da cidadania. Mas, pode-se dizer que é uma das mais fundamentais instituições.

Pode-se evidenciar que a escola não é o único lugar em que ocorre a realização da construção intelectual e moral do ser humano, sendo possíveis assim, outras instituições que exerçam a cidadania cumprirem esse papel. A família é a primeira instituição com a qual o ser humano irá ter contato, além disso, é importante ressaltar que a religião, trabalho e amigos cumprem uma função social fundamental na formação da moral do indivíduo.

Além disso, no processo de educação, encontra-se o fator da socialização que está presente nas relações humanas sócio-culturais que cada sujeito realiza, fazendo com que o indivíduo construa uma visão daquilo que sabe e ama, sendo importante para a sua inserção na sociedade, uma vez que esta socialização se realiza perante necessidades e projetos apresentados pelo próprio contexto de uma determinada sociedade, fazendo com que os seus indivíduos o

façam para serem reconhecidos e existirem para esta sociedade (BRANDÃO, 2004, s.p).

Outro fator relevante na educação é a endoculturação, que se resume à aquisição subjetiva de valores, crenças e hábitos relacionados a uma determinada cultura, transformando o indivíduo num ser social munido de moral, fazendo parte de seu processo pessoal. Além disso, a educação está presente nas relações entre pessoas e apresenta sempre uma intenção de ensinar-e-aprender, intenções resumidas de modelar a criança para o mundo adolescente, o adolescente, um jovem e, depois, para um mundo adulto, por isso, uma experiência de endoculturação. (BRANDÃO 2004, s. p.).

Para discutir a educação enquanto um direito social, deve-se apreender a questão do direito em nossa sociedade.

2.1 O Direito Social

A Declaração dos Direitos dos Homens e do Cidadão em 1789 – declaração francesa – e a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 orientada pela ONU, são documentos essenciais para entender o processo de elaboração dos direitos e que “[...] têm um relevante papel na história da humanidade e na tentativa de estabelecer princípios universalizantes no estabelecimento desses direitos no mundo”. (COUTO, 2004, p. 37).

Uma discussão existente no campo dos direitos é para quem eles se referem, e se atingem ou não a todos os segmentos da sociedade, sem distinção de raça, cor, etnia, gênero entre outros.

Os direitos se consolidam de acordo com as forças que a própria sociedade em seu movimento possui para a legitimação dos direitos, uma vez que, “são direitos históricos, ou seja, nascidos em certas circunstâncias, caracterizados por lutas em defesa de novas liberdades contra velhos poderes, e nascidos de modo gradual, não todos de uma vez e nem de uma vez por todas”. (BOBBIO, 1992, p. 05).

Os direitos humanos se desenvolvem de maneira progressiva e se configuram em quatro gerações de direitos.

Os da primeira geração são os direitos individuais (civis) conquistados nos séculos XVII e XVIII com sua fundamentação na liberdade e privacidade. Os da segunda geração são os direitos sociais que foram formulados a partir dos séculos XIX e XX, devido às lutas dos trabalhadores contra as más condições de trabalho não somente o individual, mas também a coletividade, tendo por fundamento a igualdade. O de terceira geração é o direito ao desenvolvimento da paz, do meio ambiente e da autodeterminação dos povos que vem se fortalecendo na segunda metade do século XX com ideais de solidariedade. Então:

São direitos de quarta geração o direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo. Deles depende a concretização da sociedade aberta ao futuro, em sua dimensão de máxima universalidade, para a qual parece o mundo inclinar-se no plano de todas as relações de convivência. (BONAVIDES apud SIMÕES, 2009, p. 77-78).

Assim, compreende-se que os direitos sociais bem como sua inserção no contexto político são resultado “de um longo processo histórico de luta da humanidade pela conquista não somente das liberdades individuais, mas também dos direitos coletivos” (SIMÕES, 2009, p. 64). Sendo assim, é importante salientar o contexto do capitalismo, onde foi marcado por uma conjuntura de relações contraditórias onde sujeitos coletivos conscientizados de sua situação reivindicavam pelos seus direitos sociais (COUTO, 2004, p. 37).

Deve-se, ainda, entender que direitos sociais são aqueles considerados fundamentais que assegurem algo para a subsistência e existência de cada cidadão, para tanto, temos a Constituição Federal de 1988 (2006) que, no seu artigo 6º diz: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”.

Assim, segundo Passos (1988) apud Simões (2009, p. 64):

Os direitos sociais estão inseridos no âmbito dos direitos e garantias fundamentais, ao lado dos direitos individuais e coletivos, de nacionalidade e dos direitos políticos. Enquanto as garantias individuais se inserem,

basicamente, nos direitos da personalidade, os direitos sociais asseguram aos indivíduos os benefícios e serviços instituídos pelo Estado.

A citação acima evidenciou que os direitos sociais são direitos de todos sem distinção, sendo dever do Estado prover os bens necessários para manter a qualidade de vida do cidadão.

Após ser conceituada a educação no Brasil e analisado o direito social, será realizada no próximo item uma discussão no que tange os dispositivos legais que apresentam a educação enquanto direito, tais como, a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases. Dessa forma, o objetivo será analisar o que cada lei diz sobre a educação e refletir sua organização considerando três finalidades: “primeiro é a formação do sujeito para o exercício da cidadania, segundo é a preparação para o trabalho e o terceiro é a sua participação na sociedade”. (CFESS, 2001, p. 10).

2.2 A Constituição Federal de 1988

A Constituição Federal de 1988 representa um marco no campo dos direitos sociais, instituindo um Estado democrático no intuito de atingir todo cidadão assegurando-lhe, os bens necessários para a qualidade de vida de um ser humano.

Contudo, a Constituição em seu art. 205 traz que a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988).

De acordo com Cruanhes (2000, p. 84) “a Constituição de 1988 insere novas preocupações no debate: a gestão democrática do ensino público e a garantia de padrão de qualidade”.

Assim, na Constituição:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;
VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
VII - garantia de padrão de qualidade.
VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.
Parágrafo único. A lei disporá sobre as categorias de trabalhadores considerados profissionais da educação básica e sobre a fixação de prazo para a elaboração ou adequação de seus planos de carreira, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Como salienta a citação acima, pode-se perceber que o ensino deve ter em sua base os princípios da igualdade, liberdade do saber, diversidade de pensamentos e, em relação aos profissionais, o ponto primordial é a questão da valorização.

Uma vez a Constituição estar adentrando um novo modelo de política que denominado neoliberalismo, a abertura à iniciativa privada é inevitável, pode-se perceber no que tange o artigo 209 da Constituição Federal de 1988.

O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:
I - cumprimento das normas gerais da educação nacional;
II - autorização e avaliação de qualidade pelo Poder Público.

No que diz respeito ao financiamento da educação o artigo 212:

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Portanto, entende-se através da citação acima, que a federação, obrigatoriamente, tem de destinar não menos de 18% (dezoito por cento) de sua arrecadação de impostos para investimentos na área da educação, assim com as esferas estaduais, municipais e o Distrito Federal.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 204, reza que a educação que deve estar norteada pelas seguintes metas e objetivos:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

A Constituição traz toda uma reflexão acerca da educação, o que culmina a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, da qual trará outra reflexão ao repensar na função do Estado no que tange a educação.

2.3 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

Após um projeto de lei, encaminhado para votação em 1948, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024 foi promulgada no dia 20 de dezembro de 1961 no governo de João Goulart, ao todo são 120 artigos, dentre as características, podemos destacar:

- Dá mais autonomia aos órgãos estaduais, diminuindo a centralização do poder no MEC (art. 10);
- Regulamenta a existência dos Conselhos Estaduais de Educação e do Conselho Federal de Educação (art. 8 e 9);
- Garante o empenho de 12% do orçamento da União e 20% dos municípios com a educação (art. 92);
- Dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 93 e 95);
- Obrigatoriedade de matrícula nos quatro anos do ensino primário (art. 30);
- Formação do professor para o ensino primário no ensino normal de grau ginasial ou colegial (art. 52 e 53);
- Formação do professor para o ensino médio nos cursos de nível superior (art. 59);
- Ano letivo de 180 dias (art. 72);
- Ensino religioso facultativo (art. 97);
- Permite o ensino experimental (art. 104)

A partir da LDB de 1961, pode-se considerar um avanço significativo na educação, principalmente a regulamentação dos conselhos estadual e federal da educação com intuito de fiscalizar, monitorar e avaliar a educação no Brasil.

Para obter uma melhor compreensão diante da estrutura educacional, será apresentado abaixo uma tabela evidenciando o nível de escolaridade no Brasil no período de 1960 a 1970.

QUADRO 1 – Estrutura educacional brasileira no período de 1960 a 1971

NÍVEL	DURAÇÃO	FAIXA ETÁRIA
Pré-escola	3 anos	de 4 a 6 anos
Escola primária	4 anos	de 7 a 10 anos
Ginásio	4 anos	de 11 a 14 anos
Colégio	3 anos	de 15 a 17 anos
Ensino superior	Variável	após 18 anos

Fonte: LDB nº4.024 de 1961.

A segunda LDB nº 5.692 foi promulgada no dia 11 de agosto de 1971 no governo Emílio G. Médici, já instalada a ditadura militar no país, contendo ao todo 88 artigos, podemos destacar as seguintes características:

- Prevê um núcleo comum para o currículo de 1º e 2º grau e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 4);
- Inclusão da educação moral e cívica, educação física, educação artística e programas de saúde como matérias obrigatórias do currículo, além do ensino religioso facultativo (art. 7);
- Ano letivo de 180 dias (art. 11);
- Ensino de 1º grau obrigatório dos 7 aos 14 anos (art. 20);
- Educação a distância como possível modalidade do ensino supletivo (art. 25);
- Formação preferencial do professor para o ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, em habilitação específica no 2º grau (art. 30 e 77);
- Formação preferencial do professor para o ensino de 1º e 2º grau em curso de nível superior ao nível de graduação (art. 30 e 77);
- Formação preferencial dos especialistas da educação em curso superior de graduação ou pós-graduação (art. 33);
- Dinheiro público não exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 43 e 79);
- Os municípios devem gastar 20% de seu orçamento com educação, não prevê dotação orçamentária para a União ou os estados (art. 59);
- Progressiva substituição do ensino de 2º grau gratuito por sistema de bolsas com restituição (art. 63);
- Permite o ensino experimental (art. 64);
- Pagamento por habilitação (art. 39).

Com relação à LDB de 1971, é possível verificar que a questão orçamentária fica exclusivamente como responsabilidade dos municípios, eximindo a União e os estados desta obrigação.

Após a promulgação da LDB no Brasil, a estrutura educacional, teve um novo direcionamento, como pode-se observar no quadro 2, abaixo:

QUADRO 2 - Estrutura educacional brasileira após LDB/1971

NÍVEL	DURAÇÃO	FAIXA ETÁRIA
Pré-escola	3 anos	de 4 a 6 anos
1º grau obrigatório	8 anos	de 7 a 14 anos
2º grau	3 anos	de 15 a 17 anos
Ensino superior	Variável	acima de 17 anos

Fonte: LDB nº 5.692 de 1971

Com a promulgação da Constituição de 1988, há um debate sobre uma nova estrutura para o sistema educacional, assim a LDB nº 9.394, foi sancionada no governo Fernando H. Cardoso, no dia 20 de dezembro de 1996 e possui ao todo 96 artigos, podendo destacar por características:

- Gestão democrática do ensino público e progressiva autonomia pedagógica e administrativa das unidades escolares (art. 3 e 15);
- Ensino fundamental obrigatório e gratuito (art. 4);
- Carga horária mínima de oitocentas horas distribuídas em duzentos dias na educação básica (art. 24);
- Prevê um núcleo comum para o currículo do ensino fundamental e médio e uma parte diversificada em função das peculiaridades locais (art. 26);
- Formação de docentes para atuar na educação básica em curso de nível superior, sendo aceito para a educação infantil e as quatro primeiras séries do fundamental formação em curso Normal do ensino médio (art. 62);
- Formação dos especialistas da educação em curso superior de pedagogia ou pós-graduação (art. 64);
- A União deve gastar no mínimo 18% e os estados e municípios no mínimo 25% de seus respectivos orçamentos na manutenção e desenvolvimento do ensino público (art. 69);
- Dinheiro público pode financiar escolas comunitárias, confessionais e filantrópicas (art. 77);
- Prevê a criação do Plano Nacional de Educação (art. 87).

Esta LDB traz salientada a criação do Plano Nacional de Educação, que permite melhor planejamento na área educacional, outro fator importante seria a volta do investimento da União com uma porcentagem maior da que era estabelecida na Lei de 1961 abrangendo também os Estados.

Dessa forma, a estrutura educacional ficou da seguinte maneira:

QUADRO 3 – Estrutura educacional brasileira após LDB/1996

NÍVEIS E SUBDIVISÕES		DURAÇÃO	FAIXA ETÁRIA
Educação Básica	Educação Infantil	Creche Pré-escola	de 0 a 3 anos de 4 a 6 anos
	Ensino fundamental (obrigatório)		8 anos de 7 a 14 anos
	Ensino médio		3 anos de 15 a 17 anos
	Educação Superior		variável acima de 17 anos

Fonte: LDB nº 9.394 de 1996

Diante do que foi exposto, fica mais claro entender a movimentação das mudanças no sistema educacional brasileiro podendo destacar os avanços que a LDB de 1996 trouxe em relação à de 1971, isto é, tem-se uma gestão mais democrática do ensino público; fica mais claro para cada esfera de governo o quanto se deve gastar o que antes era previsto somente para os municípios; o ano letivo passa a ser de 200 dias ao invés de 180, entre outros expostos no trabalho dessa forma, vale ressaltar que a função da política de educação no Brasil se apresenta de duas maneiras, tanto na esfera cultural quanto na festa do trabalho, como assim afirma Barberá (2007, p. 49):

[...] no Brasil foi um campo tencionado pelas disputas dos projetos societários e dos segmentos sociais, com o objetivo de constituir um espaço de luta privilegiado. A função estratégica da Política de Educação, no conjunto das transformações que se operam no mundo do trabalho e na esfera da cultura, constitui importante componente justificador das alterações que atingem a Educação no país; sendo essas transformações vinculadas às suas funções econômicas e ideológicas.

Assim, compreende-se que cada governante aplica suas determinações na área da educação, dessa forma, há um descontínuo sobre os projetos educacionais em andamento, uma vez que cada um possui uma visão diferente do outro no que se refere à educação, não permitindo nenhuma avaliação para uma possível alteração.

Nesta perspectiva é de suma importância realizar uma análise da trajetória da educação no Brasil que será abordado a seguir, visto que, tal questão auxiliará a compreender seu desenvolvimento.

2.4 A Trajetória da Educação no Brasil

Trazendo a discussão da educação no Brasil e suas funções, destaca-se que na Colônia (1500-1822) a educação era feita pela sociedade civil e, principalmente pela iniciativa da Igreja, o que significa um domínio dos colonizadores portugueses sobre os negros e índios, que aqui já se encontravam, impondo-lhes sua cultura, seus valores, seus hábitos. Assim, entende-se que a educação teve seu papel voltado a responder aos interesses da metrópole ao catequizar o índio, pois “se tornariam mais submissos e poderiam mais facilmente aceitar o trabalho que deles exigiam os colonizadores” (WEREBE, 1997, p. 21).

No Brasil Império (1822-1889), a sociedade era estruturada por classes sociais, sendo esta subdividida em duas classes, a classe dominante, ou seja, aqueles detentores da propriedade privada, e outra classe dominada, a qual não tinha os bens necessários para sua subsistência. É importante salientar que neste período o Brasil estava vivenciando um período escravocrata, composto por famílias que viviam apenas no campo e não tinham oportunidade de estudar, pois as escolas se localizavam apenas nas cidades, e as famílias que obtinham grandes posses, das quais tinha acesso à rede de ensino do meio urbano. Dessa forma, compreende-se que a educação neste período teve uma função de reproduzir uma ideologia pré-burguesa de separação de classes.

No Brasil República, na sua primeira fase, (1889-1930) o processo de industrialização atinge a sociedade como um todo, bem como a urbanização, sendo feita esta mudança de um país oligárquico para urbano-industrial, a educação é valorizada no intuito de reproduzir as relações de produção e de poder.

Com o processo da industrialização, a concentração de trabalho muda da casa para as fábricas e as famílias já não podiam mais preparar seus filhos tanto

para o trabalho quanto para uma vida social, era necessário que a escola fizesse essa função.

Dessa forma, travou-se uma luta para democratizar a escola que envolveu as classes operárias, exigindo o direito de que seus filhos também freqüentassem a escola, assim, a escola começa a atender outras classes sociais, passando a ter um caráter universal, uma vez que deixou de ser privilégio somente da igreja e da burguesia aristocrática, assim, de acordo com Neves (2002, p.24) a escola

[...] que prepara os técnicos especializados em funções de controle industrial (gerentes, supervisores, projetistas), as novas gerações de militantes partidários e sindicalistas das várias frações da classe dominante e seus aliados, prepara também os técnicos especializados em tarefas de execução, tanto na indústria quanto na burocracia estatal e no setor terciário da economia, ou seja, militantes partidários e sindicalistas da classe dominada e seus aliados.

Assim, destaca-se que a educação neste período além de formar técnicos voltados para indústria passa também a formar técnicos para execução de tarefas, evidenciando deste modo a diferenciação das classes sociais.

O sistema educacional brasileiro se concretiza com uma efetiva estrutura de massa a partir da década de 1940, um novo contexto político e econômico começa a se desenhar no país com influências de outros no pós-guerra, elaborando o projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1948 sendo aprovado somente em 1961 em outra versão.

No contexto da ditadura militar, a repressão aos movimentos foi intensa que chegou às universidades como a USP, assim havia “policiais transformados em professores, funcionários e estudantes, ou professores, estudantes e funcionários transformados em policiais, transitam em toda parte”. (CHAUÍ, 1988, p. 253, apud WEREBE, 1997, p. 78).

Considera-se, segundo Ghiraldelli Jr. apud Werebe (1997, p. 82), que a educação durante o período ditatorial foi marcada por:

Repressão, privatização do ensino, exclusão de boa parcela das classes populares do ensino elementar de boa qualidade, institucionalização do

ensino profissionalizante, tecnicismo pedagógico e desmobilização do magistério através de abundante e confusa legislação educacional.

Conforme a citação acima, esse processo de repressão e exclusão provocou uma lentidão no âmbito educacional acarretando uma má qualidade de ensino fazendo com que adolescentes ficassem retidos ou que demorassem anos para obter o certificado de conclusão no que diz respeito ao ensino fundamental, assim, o ensino médio e a educação noturna começam a se destacar na década de 70, surgindo também o problema da qualidade de ensino.

A década de 80 é marcada pelo fim do regime autoritário e rígido, no qual o país se encontrava, e início da democratização brasileira o que significou mudanças de paradigmas na sociedade e principalmente no sistema educacional, isto é, começam a surgir os cursos profissionalizantes.

As transformações no mundo do trabalho, avanços tecnológicos e científicos exigem uma qualificação dos trabalhadores que deve ser polivalente, falar outras línguas, conhecer por completo cada etapa da realização do seu local de trabalho buscando assim uma melhor qualificação, neste sentido, Almeida (2000, p. 65) assevera que: “A escola, além de guardar uma relação direta com a esfera da cultura, também cumpre certas funções econômicas no processo de qualificação e desqualificação da classe trabalhadora, ainda que estas funções não sejam imediatas”.

Portanto, da década de 90 em diante obtêm-se a presença de um Estado Neoliberal, que passa a ser um Estado Mínimo, isto é, um Estado que tem mínimas responsabilidades, transferindo-as para a sociedade, no que tange fomentar e prover as políticas públicas, principalmente a de educação que passa a ser vista pela ordem econômica. O neoliberalismo traz incorporado em sua ideologia respostas para atender as crises de um Estado nacional, crises essas advindas de uma globalização, informatização, tecnologias inovadoras, entre outras. O contexto neoliberal está pautado nas atividades relacionadas ao Banco Mundial e ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e de grandes corporações internacionais que pautam uma liberdade puramente econômica.

A educação brasileira, a partir da aprovação da LDB de 1996 passou a ser um dispositivo para disputas que integram, de acordo com Pino (2008, p. 78):

[...] de um lado, a intenção do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso em adequar a educação nacional às exigências dos organismos financeiros internacionais; de outro, os movimentos sociais, sindicais, estudantis e populares que defendem a educação pública, gratuita e de qualidade social.

A reforma educacional brasileira está sendo vista e interpretada, segundo Pino (2008), enquanto uma necessidade propriamente do mercado exigindo cada vez mais mudanças técnicas e operacionais, assim, os problemas educacionais:

[...] não são tratados como questões políticas, como resultado, e objeto, de lutas em torno da distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos e de poder, mas como questões técnicas, de eficácia/ineficácia na gerência e administração de recursos humanos e materiais. (SILVA apud PINO, 2008, p. 77).

Neste sentido, pode-se constatar que a intencionalidade nesta década volta-se para o mercado de trabalho, com a finalidade de qualificar a mão de obra, atendo assim as necessidades impostas pelo neoliberalismo.

Dessa forma, desencadear a discussão da mercantilização da educação entendendo que o Brasil sofre influências do Banco Mundial na elaboração de projetos educacionais, estes feitos por economistas onde o interesse é o de diminuir custos – que culmina na má qualidade do ensino – e ampliar a educação, isto é, “atender” mais pessoas. O mercado educacional é pautado pela privatização do ensino o que significa rearranjar e redistribuir o poder, dessa forma, os governos neoliberais têm um único intuito com as reformas educacionais: o de redimensionar a educação do âmbito público para o âmbito do mercado.

E, no desenrolar de um contexto ainda mais voltado pela ordem econômica onde a educação consiste em formar cidadãos para o trabalho e não para exercer sua cidadania, Almeida (2000, p. 65-66) deixa claro que

[...] a própria crise e falência da escola pública cumpre uma função política importante, conquanto auxilia no processo de demarcação dos lugares sociais dos grupos menos favorecidos com um ensino de nível baixo e com um acesso restrito aos meios necessários de elaboração da sua própria cultura, de sua própria visão de mundo.

Sendo assim, fica evidente que a escola pública revela em seu ensino um nível baixo que se estende às classes menos favorecidas, utilizando de recursos e matérias inadequados, não permitindo uma construção intelectual hábil para o egresso no ensino superior.

Toda essa movimentação desencadeou um novo modelo escolar do qual é vivenciado atualmente, como assim salienta Bock, Furtado e Teixeira (1996, p. 263):

[...] uma instituição da sociedade, trabalhando a serviço desta sociedade e por ela sustentada a fim de responder a necessidades sociais e, para isso, a escola precisa exercer funções especializadas. A escola cumpre, portanto, o papel de preparar as crianças para viverem no mundo adulto. Elas aprendem a trabalhar, a assimilar as regras sociais, os conhecimentos básicos, os valores morais coletivos, os modelos de comportamento considerados adequados pela sociedade.

Assim, compreende-se com a citação acima, que a educação nunca deixou de se expressar pela organização social, seja para atender uma necessidade ou sobrevivência do sujeito, seja para suprir determinações nas relações de poder. Com isso, as escolas passam a cumprir um novo papel na vida do ser humano, sendo este prepará-lo para o mundo dos adultos, ajudando-o a assimilar as regras sociais posta no mundo contemporâneo.

Diante disso, no capítulo abaixo, será discutida a evasão escolar enquanto fator determinante para o desafio na construção da cidadania.

3 EVASÃO ESCOLAR E O DESAFIO NA CONTRUÇÃO DA CIDADANIA

O capítulo a ser apresentado abordará temáticas a serem refletidas como a educação enquanto um valor de cidadania sendo interpretada como direito, perpassando pela questão da evasão escolar como um fator que impede a construção da cidadania. O fechamento do capítulo está relacionando a práxis do assistente social frente à evasão escolar, considerando esta enquanto demanda para o Serviço Social.

3.1 Cidadania e Educação

Ao perpassar pelo contexto sócio-histórico da Grécia no século VII a.C., evidencia-se que eram considerados cidadãos “[...] aqueles que possuíam propriedade rural e riquezas, sendo garantido a eles o monopólio do conhecimento da época” (Cruanhes, 2000, p. 27). Assim, o termo cidadão não era empregado a qualquer indivíduo, mas àqueles que detinham posse de algum bem, determinando assim, para esses a participação ativa nas decisões políticas e econômicas, ou seja, a convivência dos problemas sucedidos nas cidades decorrentes da vida em comunidade. Também havia os não-cidadãos, que na época eram ditos estrangeiros, isto é, os escravos, as mulheres e as crianças sendo todos excluídos de qualquer discussão que envolvesse os interesses da polis (cidade).

D’Urso (2005, p. 01) ressalta ainda que:

Durante muito tempo a ideia de cidadania esteve ligada aos privilégios, pois os direitos dos cidadãos eram restritos a determinadas classes e grupos de pessoas. Ao longo da história, o conceito de cidadania foi se aprimorando e na Idade Moderna uniu os direitos universais com o conceito de nação, introduzindo os princípios de liberdade e igualdade perante a lei e contra os privilégios. Mas ainda era uma cidadania restrita às elites, porque dependia dos direitos políticos, vetados para a maioria.

A citação acima traz que a cidadania tem sua história pautada nos privilégios restritos às classes dominantes, mas é possível perceber que, no decorrer da história, a cidadania passa a se unir aos direitos universais tendo como princípios a liberdade e a igualdade, porém ainda se caracterizava numa cidadania reservada às elites, pois dependia de decisões políticas.

Com o passar do tempo, esta visão foi ampliando-se ficando para traz a idéia da cidadania restrita apenas aos anseios das classes com maior poder aquisitivo.

A cidadania traz em sua concepção moderna, a noção histórica ligada à questão do direito, termo que se vincula à democracia, na prática é a participação consciente de cada cidadão, ou seja, seus direitos, deveres e valores, este permite a vivência ativa no processo decisório da comunidade, cidade, do Estado e até mesmo do país, possibilitando propor soluções às implicações procedidas no convívio com a sociedade.

Por estar vinculada à questão do direito, mais especificamente aos direitos humanos, Marshall (1967) apud Corrêa (2006, p. 214) afirmam que:

O desenvolvimento histórico da cidadania vem ligado a três elementos dos direitos humanos: o elemento civil, relacionado com os direitos de liberdade individual; o elemento político, consubstanciado pelos direitos ligados à participação no exercício do poder político; e o elemento social, concernente aos direitos ligados ao bem-estar econômico e à herança social.

Nestas três faces dos direitos humanos, foram compreendidos que os direitos civis universalizados pela liberdade individual estão diretamente associados à cidadania quando propiciam a estender velhos direitos concedidos à nova camada da população como, por exemplo, o direito ao voto que anteriormente era privilégio das classes dominantes. Já o elemento político da cidadania advindos dos direitos políticos se dá porventura, pela participação ativa nas comunidades locais e nas associações funcionais no exercício do poder político. O elemento social está ligado aos direitos de bem-estar econômico e social, se relacionam com a cidadania no sentido de discutir os ensejos das políticas públicas em favor do bem-estar da sociedade, direcionando a buscar transformação das desigualdades existentes.

Tendo em vista o que foi mencionado, compreende-se que a cidadania não tem em sua concepção a definição clara de seu conceito, visto que, a mesma, muitas vezes vem relacionada ao direito, confundindo-se até mesmo com os direitos humanos. Assim sendo, a cidadania é evidenciada como um conjunto de deveres e direitos do qual gozam o indivíduo e que permitem sua participação na vida política da sociedade seja de forma direta ou indireta, por meio desta, o sujeito é capaz de lutar por melhores condições de vida e por direitos fundamentais essenciais à pessoa humana como a liberdade, igualdade, propriedade, entre outros.

Corrêa (2006, p. 217) complementa dizendo que:

A cidadania, pois, significa a realização democrática de uma sociedade, compartilhada por todos os indivíduos ao ponto de garantir a todos o acesso ao espaço público e condições de sobrevivência digna, tendo como valor fonte e plenitude de vida. Isso exige organização e articulação política da população voltada para a superação da exclusão existente.

Sendo assim, fica evidente que a cidadania é uma conquista da própria humanidade, que tem sua história marcada por diversas lutas em favor dos direitos humanos sendo estes, direitos de cidadania, que se fortalecem com os direitos e virtudes conquistados nestas mesmas lutas, buscando sempre o bem comum e visando ao compromisso com a boa qualidade de vida.

Vale enfatizar que a cidadania possui ainda caráter legal, conforme determina a Constituição Federal de 1988:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I- a soberania;

II- a cidadania;

III- a dignidade da pessoa humana;

IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V- o pluralismo político.

Parágrafo único: Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Neste artigo, em específico o inciso II traz a cidadania como direito fundamental estabelecido por lei, que deve ser apresentado como ponto

convergente das ações do Estado, cabendo, portanto às autoridades públicas a garantia deste direito, prezando a democracia na busca do bem comum.

Além disso, destaca-se que a cidadania tem ligação com a educação sendo elemento indispensável para seu exercício e constituição.

Discutindo a educação neste contexto, Milan (1996, p. 74) apud Cruanhes (2000, p. 27) salientam que:

O cidadão freqüentava *scolé* (ócio) onde aprendia oratória, retórica e dialética, ou seja, a linguagem culta. Já os não-cidadãos freqüentavam a *ascolazein* e aprendiam atividades ligadas a uma arte menor (fabrico de utensílios artesanais, aprendizagem de ofícios).

Analisar a cidadania perante a educação nos faz ver que diante a trajetória da educação no Brasil a não-cidadania é parte integrante dessa evolução educacional, ou seja, o não acesso à educação para partes excluídas da sociedade que, apesar de ser um direito assegurado, a educação não é interpretada como tal.

Pensando pela ótica da cidadania, a educação é um caminho para se formar um cidadão, possibilitando seu crescimento em todos os sentidos, cidadania e educação devem caminhar juntos, uma vez que, à medida que os indivíduos recebem uma educação de boa qualidade, mais “[...] serão capazes de lutar e exigir seus direitos e cumprir seus deveres” (Cruanhes, 2000, p. 83). Educação esta, que apresenta problemas sociais, entre eles a evasão escolar tema que será conceituado e desvelado a seguir.

3.2 A Evasão Escolar

A evasão escolar é um problema complexo, faz parte historicamente do panorama da educação nacional e do contexto social, exige reflexões, debates e análise específica no cenário das políticas públicas em especial da educação. Envolve o processo de ensino-aprendizagem ocasionando sérios impactos no sistema educacional.

Segundo Pacievitch (2009), a evasão escolar caracteriza-se como abandono do aluno com a frequência escolar, que deixa de frequentar as aulas, desistindo de prosseguir com os estudos durante o ano letivo.

No que tange a evasão escolar, podemos dizer ainda que existem aparatos jurídicos que diferem sobre tal assunto como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 preconiza em seu artigo 12, inciso VIII:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:
VIII – notificar ao Conselho Tutelar do Município, ao juiz competente da Comarca e ao respectivo representante do Ministério Público a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de cinquenta por cento do percentual permitido em lei.

Esta legislação vem somar juntamente com outros dispositivos legais e constitucionais apontando caminhos para uma intervenção preventiva, visando combatê-la de forma efetiva e eficiente.

Vale destacar que a evasão escolar se dá pela somatória de diversos fatores como gravidez na adolescência, necessidade da inserção precoce no mercado de trabalho, drogadição entre outros elementos que serão debatidos com mais ênfase no decorrer do trabalho e que precisam ser diagnosticados, com o intuito de detectar possíveis problemas que não se limita apenas ao ensino médio, mas está presente em todos os níveis do processo educacional. Assim, é necessário encontrar soluções para tal situação, tendo como objetivo primordial o retorno do aluno à escola.

Neste sentido, compreende-se que a evasão escolar como uma das demandas que se apresentam nas escolas, estando ligadas às várias formas de expressão da questão social enfrentadas não só pelos alunos, mas também pelos seus familiares.

Como já citado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 estabelece:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será provida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno

desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Este artigo declara em seu texto constitucional a educação como um direito e dever do Estado e dos Municípios, mas que deve ser compartilhado pela família, comunidade e sociedade formando uma rede de parceria, atuando mutuamente de maneira em que todos colaborem para garantia da educação, visto que, a aprendizagem, de acordo com Menezes (2010, p. 01): “[...] é um processo de construção que se dá na interação permanente do sujeito com o meio que o cerca. Meio esse, expresso pela família, depois pelo acréscimo da escola, ambos permeados pela sociedade em que estão”.

Nesta perspectiva pode-se constatar que esta parceria traz um fortalecimento para comunidade escolar auxiliando no combate à evasão escolar, que não é um problema restrito apenas a algumas unidades escolares, mas é uma questão nacional que vem ocupando relevante papel nas discussões e pesquisas educacionais no cenário brasileiro. Os motivos e causas que contribuem para abandono escolar são diversos, dentre eles estão à baixa qualidade de ensino, problemas sócio-econômicos, condições geográficas e culturais, entre outros, fatores estes que particularizaremos no próximo subitem.

3.3 Os Motivos da Evasão Escolar

A evasão escolar tornou-se atualmente, um dos problemas de maior preponderância na agenda pública dos governantes, pois os resultados no âmbito educacional brasileiro não são satisfatórios e, afeta diretamente a sociedade. Entende-se que a desqualificação do ensino se caracteriza historicamente e deve-se considerar que a evasão escolar ocorre quando o aluno deixa de frequentar a escola, caracterizando o abandono escolar, neste sentido, este aluno deve ser compreendido por diversos fatores de natureza política, social, econômica de valores culturais e motivacionais, além de geográficos e de aspectos de natureza interna à escola.

Em decorrência dos fatos, as discussões acerca do papel da família, do próprio aluno e sem eximir a responsabilidade do Estado, elevam o debate sobre a educação, em especial aos motivos que levam os alunos do ensino médio a se evadirem da escola.

É evidente que ocorre um processo de democratização do sistema educacional brasileiro, possibilitando maior ingresso das pessoas menos favorecidas economicamente nas unidades de ensino. Contudo, o caminho a trilhar é longo, mesmo com a ampliação e melhor acessibilidade ao sistema de ensino no país. Vale ressaltar que apenas o acesso ao ensino, não significa a garantia contínua de um estudo de qualidade.

Dessa forma, a evasão se coloca também em outro patamar, pois um Estado que visa muito mais à questão do mercado de trabalho é claro que não importa se esse indivíduo irá aprender ou não o que realmente importa é integrar o sistema de ensino, por isso se quer quantidade ao invés de qualidade.

Na realidade, o governo com essas medidas paliativas e focalizadas só agem de tal forma, com a finalidade de atender uma ordem social vigente, que visa contribuir com a má formação dos alunos e em consequência o desinteresse dos mesmos em frequentarem a escola, atendendo assim aos interesses da elite.

Segundo pesquisa realizada pela Fundação Getulio Vargas - FGV-RJ (2004 e 2006) a falta de interesse pela escola é o principal motivo que leva o jovem brasileiro a evadir. A pesquisa revela que 40% (quarenta por cento) dos jovens de 15 a 17 anos que evadem, deixam de estudar simplesmente porque acreditam que a escola é desinteressante. A necessidade de trabalhar é apontada como o segundo motivo pelo qual os jovens evadem, com 27% (vinte e sete por cento) das respostas, e a dificuldade de acesso à escola aparece com 10,9% (dez vírgula nove por cento).

Frente às pesquisas, é importante realizar uma análise crítica e reflexiva sobre as causas da evasão escolar, já que, estas se apresentam de diversas formas e não se pode culpabilizar ora o aluno, ora professor e ora família, deve-se evidenciar o papel do Estado como maior protagonista das políticas educacionais e ter como parceiros neste processo, alunos, professores e família.

Com isso é possível destacar algumas hipóteses entre as mais diversas causas da evasão escolar, os fatores intra-escolar e extra-escolar.

No que tange os fatores intra-escolares pode-se citar os aspectos de infraestrutura da escola, a pouca proximidade entre professor que se preocupa em apenas, passar o conteúdo e o aluno que, finge que está aprendendo. A falta de material didático de boa qualidade aos alunos, a adaptação em sala de aula, o distanciamento do corpo docente, a violência dentro da escola, má remuneração dos professores e a falta de preparo destes profissionais, todos estes fatores somados a outros contribuem para a evasão escolar.

No que se refere aos problemas extra-escolares, evidencia-se pouca interação entre professor e aluno, a gravidez na adolescência, o envolvimento em delitos, o envolvimento com drogas, entre outras. Os fatores sócioeconômicos também contribuem para o desinteresse do aluno pela escola, quando este precisa trabalhar para ajudar na renda familiar, trabalhando durante o dia e devido ao cansaço, tendo baixo rendimento nos estudos à noite. Os fatores intra-familiar contribuem para o baixo rendimento escolar como o desinteresse dos próprios pais em incentivar seus filhos nos estudos e na participação no rendimento escolar culminando na evasão escolar.

O tema “evasão escolar” requer estudos aprofundados sobre esta problemática, pois é uma demanda que contem diversos fatores que a torna complexa. Por este motivo, faz-se necessário um comprometimento entre Estado, corpo escolar, alunos, a família e a própria comunidade, para que possa diagnosticar com maior eficácia os motivos da evasão escolar e propor meios para trazer novamente este aluno à escola e para que se possa elevar a qualidade do ensino.

Diante deste contexto, é importante ressaltar que não é possível analisar o aluno evadido isoladamente, é necessário que se tenha uma visão crítica e reflexiva sobre o que motivou este aluno a evadir-se da escola, ou seja, desvelar as particularidades intrínsecas que compõe a problemática e que envolve as dimensões e fatores já citados. Perante o discutido, compreende-se que esses problemas são distintos e diversificados e que exigem a compreensão de cada caso, de acordo com sua especificidade.

Contudo, será discutido a seguir o tema que diz respeito à legislação sobre a evasão escolar.

3.3.1 Evasão e legislação

No que tange à educação, sabe-se que a legislação brasileira responsabiliza a família e o Estado no dever de orientar a criança em seu percurso sócio-educacional, como segue abaixo os artigos 57 e 58 da legislação brasileira determinando que:

Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.

Fica claro com os artigos acima, a responsabilidade do Estado em estimular pesquisas visando a inserção de crianças e adolescentes na escola pontuando também o respeito à diversidade cultural, moral, artístico e histórico de cada aluno.

Outro fator de suma importância na concepção do jurista Silva (1998) apud Viudes (2003, p. 12) é que:

A educação como processo de reconstrução da experiência é um atributo da pessoa humana, e, por isso, tem que ser comum a todos. É essa concepção que a Constituição agasalha nos arts. 205 a 214, quando declara que ela é um direito de todos e dever do Estado.

Como já dito, a educação é um direito de todos e dever do Estado, em primeira instância, além disso, o artigo 214 da Constituição de 1988 explicita um plano nacional de educação, sendo sua duração decenal, e que, em suas diretrizes e objetivos devem conter ações articuladas dos poderes públicos para a erradicação do analfabetismo, a universalização e melhoria na qualidade de ensino visando a uma formação para o trabalho promovendo o desenvolvimento do país.

A dificuldade de efetivação dos direitos educacionais no Brasil é relacionada à política pública que tem como características, manter e atender as necessidades de uma sociedade consumista na qual o interesse maior é o mercado e não no crescimento e formação de seus cidadãos. Nesta concepção, observa-se que o sucesso ou fracasso de um país se estabelece a partir de seus investimentos em educação.

Dentro deste contexto, verifica-se a necessidade de obter um profissional capacitado, teórico e metodologicamente, no qual saiba atuar na peculiaridade da demanda posta em seu cotidiano. Tendo assim o profissional de Serviço Social, do qual é um profissional que desvela a realidade do sujeito e atua na sua especificidade, compreendendo-o na sua totalidade.

Nesta ótica, no próximo item será discutido sobre a intervenção do profissional de Serviço Social discutindo suas contribuições no que tange a evasão escolar, esta considerada demanda para a profissão.

3.4 A Intervenção do Assistente Social Frente à Evasão Escolar

Este capítulo tem por finalidade apresentar o Serviço Social chamando a atenção para a inserção do assistente social na política de educação discutindo o processo interventivo do profissional frente à evasão escolar, demanda constantemente presente na área educacional.

Contudo, deixa-se claro aqui que o Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho “intervindo no âmbito da produção e reprodução da vida social” (MARTINS, 2007, p. 184), isto é, o assistente social atua nas relações sociais.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o Serviço Social é uma profissão interventiva, pois atua na realidade social visando modificar seus aspectos, propondo soluções e melhorias em favor da população em situação de vulnerabilidade e risco social, através de uma visão crítica da realidade, pautada por conhecimentos teórico-metodológicos, técnico-operativo, ético-político além de

aparatos jurídicos e legislativos como a Lei Orgânica de Assistência Social e o Código de Ética que auxiliam na fundamentação e efetivação de seu trabalho, podemos citar assim, os onze princípios que regem a atuação do profissional:

- Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes-autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero;
- Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores;
- Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
- Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física.

Diante do exposto, pode-se afirmar que esses princípios valorizam a liberdade e a emancipação do indivíduo, preza a ampliação da cidadania, democracia, pluralismo, e dos direitos humanos e sociais, posiciona-se em favor da justiça e equidade social e da eliminação de qualquer forma de discriminação e preconceito, compromisso com o aprimoramento intelectual, construção de um novo projeto societário onde não haja exploração e dominação, articulação com outros conselhos de classe, compromisso com a qualidade dos serviços prestados e de exercer a profissão sem ser discriminado e nem discriminar.

Assim, o Serviço Social na contemporaneidade, exige um profissional qualificado que consiga fazer uma leitura da realidade buscando compreender as novas expressões da questão social, dessa forma o profissional amplia e reforça

suas competências críticas, ultrapassando a execução de tarefas rotineiras, devendo assim pensar, pesquisar, investigar e analisar, desvelando a realidade, buscando entender o tempo presente e nele atuar, objetivando a apreensão das desigualdades sociais, ou seja, como são produzidas, possibilitando construir respostas profissionais, a fim de atender as demandas colocadas pelos usuários.

Neste sentido, sua inserção tem se dado na acepção de fortalecer as redes de acessos aos serviços sociais bem como as políticas locais (saúde, habitação, cultura e lazer, assistência social) e também os processos sócio-institucionais sendo voltados para o reconhecimento e a ampliação dos direitos destes adolescentes.

Com intuito de identificar quais as demandas que estão postas para o assistente social na área da educação, o Conselho Federal de Serviço Social (2001, p. 23) aponta os seguintes problemas sociais a serem combatidos:

- Baixo rendimento escolar;
- Evasão escolar;
- Desinteresse pelo aprendizado;
- Problemas com disciplina;
- Insubordinação a qualquer limite ou regra escolar;
- Vulnerabilidade às drogas;
- Atitudes e comportamentos agressivos e violentos;
- Gravidez na adolescência

Considerando as atribuições do assistente social na educação como fora apontado acima, a inserção deste profissional no âmbito escolar é de grande contribuição frente aos desafios que se apresentam como: a violência, as drogas, o alcoolismo, gravidez na adolescência, trabalho infantil, prostituição, desinteresse pelos estudos, indisciplina escolar e a evasão escolar, questões que podem impactar no pleno desenvolvimento da criança e do adolescente.

Com relação a efetivação ao direito à educação o CFESS (2001, p. 13) designa atividades que caberá ao profissional desenvolver:

- Pesquisa de natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania.

Assim, entende-se que o profissional tem o compromisso de conhecer o seu objeto de trabalho, isto é, saber que contexto cada aluno está inserido para que haja uma ação mais qualificada visando à elaboração e à execução de programas voltados ao atendimento familiar e prevenção da evasão escolar, buscando contribuir para o desempenho do aluno que deve estar atrelado à cidadania.

Dando continuidade o CFESS (2001, p.13) ainda ressalta:

- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio-familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais.

De acordo com a citação, cabe ao profissional em conjunto com equipe multidisciplinar desenvolver trabalhos que proponham a precaução do uso de drogas, alcoolismo e violência, articulando as demais políticas públicas, executando visitas domiciliares, no intuito de conhecer o ambiente sócio-familiar do aluno, o que significa inseri-lo juntamente com sua família na rede de serviços sócio-assistenciais.

Nesta ótica, o Serviço Social tem competência de intervir sobre as questões que incidem no processo ensino-aprendizagem e que fogem da prática pedagógica, conseqüentemente influenciando nos resultados de toda comunidade escolar, tais como: desemprego, desvalorização profissional, violência e modificações das relações familiares, que por ventura acabam gerando um descompasso no ambiente escolar.

Frente a este contexto, o profissional poderá identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional no contexto atual, participando, orientando e construindo com todos que estão inseridos no processo educativo, bem como à comunidade e a família, norteando-se através da política educacional, com proposições e ações voltadas para a qualificação contínua dos

alunos e educadores, na elaboração e operacionalização do projeto político-pedagógico das escolas e na realização de pesquisas.

A principal atuação do assistente social neste campo se dá pelo desvelamento dos motivos que acarretam a evasão escolar no intuito de contribuir com a ampliação do processo de aprendizagem, ao acesso e a permanência das crianças e adolescentes no seu desenvolvimento educacional, levando a extensão dessa convivência para diversas pessoas como, familiares, sua comunidade ou grupo ao qual faz parte.

E, ainda sobre a práxis do Serviço Social Martins (1999) apud Santos (s.d, s.p) assevera que os objetivos são:

- [...]- Contribuir para o ingresso, regresso, permanência e sucesso da criança e adolescente na escola;
- Favorecer a relação família – escola – comunidade ampliando o espaço de participação destas na escola, incluindo a mesma no processo educativo;
- Ampliar a visão social dos sujeitos envolvidos com a educação, decodificando as questões sociais;
- Proporcionar articulação entre educação e as demais políticas sociais e organizações do terceiro setor, estabelecendo parcerias, facilitando o acesso da comunidade escolar aos seus direitos.

Levando em consideração o relato acima, pode-se afirmar que o profissional assume enquanto atribuição promover a interação e a participação família-escola-comunidade no processo educativo com o objetivo de contribuir com a permanência do aluno na escola de forma frequente, articulando e realizando trabalhos intergeracionais junto às demais políticas sociais e organizações na prevenção da evasão escolar visando valorizar a importância da educação em suas vidas.

Neste sentido, o trabalho do assistente social deve ser interdisciplinar, ou seja, envolver uma equipe de diversos profissionais no âmbito educacional, a fim de fazer uma troca de saberes diferenciados, proporcionando informações qualificadas, deliberações fundamentadas, estratégias de trabalho mais eficientes e ações adequadas para cada caso, pois quanto maior a integração do grupo, na busca de conhecimentos e na realização de um trabalho unificado, maiores serão as condições de intervir na realidade escolar, para que se efetive um trabalho completo.

Destaca o artigo O trabalho do assistente social na educação escolar: um compromisso com a cidadania (TRABALHO, s.d, p. 02):

O papel do Assistente Social não é o de solucionar conflitos, transformar consciências, adaptar os alunos às ordens escolares, mas, sim, de prevenir conflitos, revolucionar consciências, instigar reflexões e debates sobre o papel da escola, da educação na sociedade, bem como a importância de equipes interdisciplinares, de parcerias, de projetos de pesquisa, de programas educativos para a qualificação de professores e alunos.

Dessa forma, como está exposto acima, pode-se dizer que o profissional deve contribuir na prevenção de conflitos escolares buscando a reflexão consciente de valores e hábitos, aguçar momentos oportunos para que haja discussão do processo educacional no cotidiano dos alunos, para tanto é necessário que ocorra uma articulação com equipes interdisciplinares, e também parcerias, pesquisas, programas e projetos no intuito de qualificar e capacitar professores e alunos envolvidos na rede escolar.

Contudo, a inserção do Serviço Social no sistema escolar é uma das medidas que pode criar condições para o efetivo exercício da cidadania, o que certamente contribuirá para a inclusão social de adolescentes evadidos. Como complementa Almeida (2000, s.p):

A escola é uma porta de entrada comunitária. Além de seu papel pedagógico, formador e de socialização, ela é depositária dos conflitos, limites, esperanças e possibilidades sociais. A escola recebe e expressa as contradições da sociedade. Nesse contexto, o Serviço Social tem grande contribuição a dar à política pública da Educação e aos desafios que se apresentam para a elevação do rendimento escolar, a efetivação da escola como espaço de inclusão social e a formação cidadã de nossas crianças e jovens.

Portanto, cabe ao assistente social no âmbito escolar desvendar limites e possibilidades propondo alternativas através de suas competências profissionais, que auxiliem e intercedam nas contradições presentes neste campo, realizando um elo entre a família e a escola, possibilitando a esta conhecer as demandas sociais das famílias, para que, a partir disso se tenha maior qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

O assistente social deve ser um link para articulação entre escola, família e a comunidade, a fim de propor a participação e a aproximação dos mesmos, abrindo espaço para críticas e sugestões, coleta de dados e informações para subsidiar as reflexões dos professores e da coordenação pedagógica no intuito de evitar conflitos desnecessários e possibilitar a implementação de ações que não distanciem o aluno da escola, mas que possam servir de complemento às atividades desenvolvidas na unidade de ensino.

Nesta lógica, para entender como será desenvolvido o trabalho do assistente social frente à evasão escolar e sua especificidade, faz-se necessário analisar contexto sócio-histórico da cidade de Presidente Prudente, no qual, esta localizada a “Escola Estadual Francisco Pessoa” campo de pesquisa da presente proposta de estudo.

4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Nesse item, será discorrido sobre o município de Presidente Prudente, sua história, características, localização e população, visto que, o mesmo é o espaço geográfico da presente pesquisa. Cabe este item também, salientar o sistema educacional de Presidente Prudente fazendo referência à Escola Estadual Francisco Pessoa, objeto de pesquisa.

4.1 Breve Histórico da Cidade

Segundo o site do museu de Presidente Prudente (s.d, s.p), a cidade foi formada ao longo da linha férrea Sorocabana que se desenvolveu, sendo esta, a principal via de acesso das mercadorias e pessoas. A origem de seu nome se dá devido à antiga estação férrea que homenageava o presidente Prudente de Moraes.

A colonização da região inicia-se, com migrantes mineiros atraídos pelas novas terras, que, comandados por José Teodoro de Souza, desbravam o sertão do Parapanema, abrindo caminhos para produção e exportação das plantações de café.

A cultura do café promoveu a expansão e o desenvolvimento do Oeste Paulista, muitos latifundiários, vindos de províncias maiores e mais antigas se instalaram na região com propósito de cultivar o produto ou de loteá-las para venda, surgindo assim as pequenas propriedades rurais de subsistência, explorada por colonos e seus familiares.

Vale ressaltar que a ferrovia Sorocabana foi também um importante elemento para base da economia cafeeira, pois, era a forma mais rápida, segura e barata de transportar o café às demais localidades, além de beneficiar o desbravamento do sertão, a ocupação e aproveitamento das terras e aos próprios loteamentos sendo que hoje se encontra desativada .

Ao longo da ferrovia, multiplicaram-se os núcleos urbanos, entre eles, Presidente Prudente, que com o passar dos anos estabeleceu-se transformando-se em colônia por intermédio de fazendeiros e negociantes de terras, que ali se instalaram, em especial os coronéis Marcondes e Goulart, considerados os grandes pioneiros da região.

De acordo com o site do museu de Presidente Prudente (s.d, s.p):

O Cel. Francisco de Paula Goulart era proprietário, juntamente com seus irmãos, de um vasto latifúndio denominado Fazenda Pirapó-Santo Anastácio. Em 1917 chegou ao local onde se instalaria a primeira estação da Estrada de Ferro Sorocabana, localizada em suas terras, e mandou demarcar o território de um núcleo urbano, e ao lado o de uma fazenda que pretendia abrir para plantar café. Nasceu assim a Vila Goulart, em 14 de setembro de 1917.

Como está explícito acima, Presidente Prudente tem sua fundação em 14 de Setembro de 1917, devido à criação da Vila Goulart, assim aumenta-se o povoamento, chegando à região pessoas vindas de outras localidades interessadas em cultivar o café nas novas terras.

Já do outro lado da linha ferroviária surge a Vila Marcondes apresentando uma característica empresarial voltado para venda de lotes urbanos e rurais, com função de centro de abastecimento alimentício e de material de trabalho.

Segundo o site do museu de Presidente Prudente (s.d, s.p):

De forma diversa a de Goulart, o Cel. Marcondes não era proprietário de terras, mais de uma empresa colonizadora para vendas de terras. Desembarcando na estação de Presidente Prudente em fins de 1919, Marcondes iniciou a venda de 4.700 alqueires no Montalvão, que foram retalhados em pequenos lotes de 5 a 20 alqueires. Mas não deixou ao acaso a chegada de interessados, organizando uma campanha publicitária em todo o Estado e mesmo no exterior, divulgando a excelência do solo e as oportunidades de enriquecimento. Providenciou junto à Estrada de Ferro Sorocabana o transporte fácil em vagões especiais, vendendo em pouco tempo todos os lotes.

Assim, pode-se constatar que a Vila Marcondes, foi palco de grandes transações imobiliárias que influenciaram e refletiram nos altos valores atribuídos às terras.

A estrada de ferro, neste contexto, operava com divisor das duas vilas, Marcondes localizada ao leste com maior suporte financeiro e um caráter empresarial e Goulart, situada no oeste, com uma colonização individual e pessoal, no qual o objetivo era o desenvolvimento da cidade, mas sem muitos investimentos a não ser a própria terra. Outro fato a ser destacado é que as diferenças e rivalidades dos coronéis foram ponto chave, para o povoamento das vilas, de tal modo que o crescimento dos dois núcleos urbanos foi inevitável ocasionou conseqüentemente a junção de ambos, dando origem ao município.

Como relata o site do museu de Presidente Prudente (s.d, s.p):

O Município de Presidente Prudente foi criado em 1921 a partir do desmembramento territorial-administrativo do município de Conceição de Monte Alegre, sendo que a cidade foi alçada à condição de Comarca pela Lei 1.887, em dezembro de 1922 e instalada em 13 de março de 1923, desmembrando-se de Assis.

Com esses desmembramentos nos anos 20, Presidente Prudente adquiriu sua independência político-administrativa, estando dividido em pequenas propriedades rurais, o município tem o café ainda como principal atividade econômica. Este crescimento faz com que se torne a Capital da Alta Sorocabana, sendo um dos primeiros municípios rentáveis.

Mas no final da década de 20, ocorre na região a decadência do café, devido a diversos de fatores tais como, a crise econômica de 1929, o desgaste das terras por conseqüência do cultivo excessivo das plantações, geadas que provocavam o fim das lavouras, diminuição da exportação e a baixa qualidade do café.

À medida que a produção começa a diminuir, o plantio do café passa a ser substituído por outras culturas dentre elas, o algodão, que favoreceu a instalação de empresas estrangeiras para a região, financiando pequenas plantações e comercializando e a introdução da pecuária de corte que por volta da década de 40, torna-se predominante, sendo comercializada e encontrando condições satisfatórias para se desenvolver no local.

Destaca-se ainda neste período, uma considerável expansão industrial, no qual, predominavam as atividades voltadas para complementação da economia agrícola com maquinários, destinados ao beneficiamento da produção.

A cidade torna-se, portanto centro receptor de matérias-primas produzidas e ao mesmo tempo desempenhava o papel de mercado abastecedor da região, devido a necessidades da população que ali habitavam tais como, alimentos, vestuário, hospitais e escolas, além de outros serviços especializados.

De acordo com o mesmo site:

O crescimento da cidade exigiu a criação do primeiro grupo escolar (hoje EE Prof. Adolpho Arruda Mello), em 1925, da primeira Casa de Saúde (1926), a instalação da Paróquia (1925) e da Inspetoria Distrital de Ensino (1928) que em 1932 foi transformada em Delegacia de Ensino. Com isso, Presidente Prudente, num intervalo de tempo, conquistara um nível de autonomia político-administrativa ímpar na região, efetivando-se como a cidade mais importante da região.

Pode-se perceber que, a década de 20 é um marco para a cidade com a vinda de serviços relacionados à saúde, à religião, e principalmente escolas e órgãos responsáveis pela educação e, isso fez com que Presidente Prudente se tornasse um centro de referência para as demais regiões, como demonstra a citação acima.

Em decorrência disso, instalam-se em Prudente, instituições financeiras de grande renome no cenário nacional como o Banco do Brasil, além de mercearias, depósitos de café, frigoríficos e órgãos estaduais regionais de ensino e de polícia.

Segundo ainda o mesmo site (s.d, s.p):

No seu processo de expansão territorial, a cidade absorveu progressivamente o espaço rural. Essa anexação se dá pela compra de terras, cujo uso era anteriormente agrário, já refletindo a condição da mercadoria que assumiu o solo no capitalismo. Esse espaço adquirido enquanto espaço rural foi vendido como urbano, para atender às exigências da expansão urbana, dada pelo aumento das atividades produtivas na cidade (indústria, comércio e serviços) e pelo aumento da demanda de habitações, gerada pela concentração populacional.

Neste sentido nota-se, através da citação referenciada acima, que o crescimento constante da população juntamente com a expansão da malha urbana tornou-se mais emergente, fazendo com que, as atividades agrícolas fossem colocadas em segundo plano.

Atualmente Presidente Prudente é tida como um polo comercial e prestadora de serviços, ampliando-se cada vez mais para atender às necessidades de seus habitantes. Com a implantação do distrito industrial, a cidade acaba assumindo, o papel de centro de referência da região, sendo atribuída como a capital do Oeste Paulista.

4.2 Localização

De acordo como o site Wikipedia (s.d, s.p), Presidente Prudente situa-se no sudoeste do Estado de São Paulo pertencendo à divisão regional, é a 10ª região administrativa do Estado. Está localizada a 560 quilômetros da capital, sendo constituída por 54 municípios e três microregiões, faz limite com os Municípios de Flora Rica, Flórida Paulista, Mariápolis, Pirapozinho, Regente Feijó, Caiabu, Alfredo Marcondes, Álvares Machado e Santo Expedito.

O mesmo site informa que com seus 563,62 Km² de superfície territorial, Prudente é composta por 233 bairros e quatro distritos (Ameliópolis, Eneida, Floresta do Sul e Montalvão), tendo como principais atividades econômicas o comércio, agricultura, educação, prestação de serviços, indústria e pecuária.

A cidade é cortada pelos córregos do Cedro, do Veado e da Onça, estes pertencentes à bacia hidrográfica dos principais rios do município, rio do Peixe e rio Santo Anastácio, que deságuam no rio Paraná.

Segundo último Censo, realizado em 2000 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estima-se uma população em torno de 207.725 habitantes.

É importante ressaltar que esse aumento populacional vem aumentando gradualmente em virtude do crescimento e desenvolvimento da cidade.

Tendo em vista o que foi mencionado, o item a seguir apresentará uma breve contextualização do Conjunto Habitacional Ana Jacinta que permitirá dar mais enfoque ao objeto de pesquisa sendo que a escola se localiza neste conjunto.

5 O CONJUNTO HABITACIONAL ANA JACINTA

Este capítulo apresenta as especificidades do bairro Ana Jacinta, localizado na Zona Oeste de Presidente Prudente, salientando sua formação e suas peculiaridades, pautando ainda, o sistema de educação de Presidente Prudente.

Primeiramente se faz necessário ressaltar que o planejamento urbano teve um aspecto fundamental no que tange o desenvolvimento da cidade, e deveria ser referenciado como parâmetro para um crescimento populacional satisfatório e que atenda as necessidades da mesma, como por exemplo: saneamento básico, saúde, educação, transporte, lazer, esporte, segurança, equipamentos comerciais, além de infraestrutura adequada para a população.

No entanto, nota-se que a expansão territorial não ocorre como deveria, ou seja, não há um planejamento para a formação de bairros ou de conjuntos habitacionais periféricos, principalmente para a população de baixa renda. Com isso, é possível observar a total falta de compromisso dos políticos e gestores municipais para com esta classe social.

O poder público, para atender a uma demanda habitacional crescente e decorrente do crescimento demográfico, em sua maioria, propõe alternativas de loteamento, conjuntos habitacionais de grande escala e distante dos grandes centros.

É neste contexto que o Conjunto Habitacional Ana Jacinta se constitui, pois é localizado distante do centro, no início de sua formação contava com poucas linhas de transporte para a população, hoje devido ao seu crescimento populacional e a necessidade de locomoção desta população para o centro da cidade, o número de linhas atualmente é maior, para atender a essa demanda.

O Conjunto Habitacional Ana Jacinta, apesar do processo desfavorável em relação ao seu planejamento ocupacional e com vistas a atender uma população de baixa renda, o bairro é referência em sua região, pelo fato de contar com um subcentro comercial e de serviços de relevância significativa para com sua comunidade.

Esses pequenos subcentros, cuja concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços surgiram para o atendimento de uma clientela restrita territorialmente às áreas próximas a ele. (SPÓSITO, 2001, p. 242)

Essa organização populacional é determinante para um maior consumo coletivo. Este não ocorre somente com produtos de primeira necessidade, como alimentos e vestuário. Spósito (1994, p.50) afirma que:

Os habitantes das cidades trabalham, deslocam-se pelo espaço urbano habitando seus bairros e nele não consomem apenas alimentos e vestimentas, o consumo é relacionado às escolas, os hospitais, as áreas de lazer e a infra-estrutura urbana, que são meios de comercialização que podem destacar um bairro de outro. Nesse crescimento constante o processo de produção e reprodução, eles tem que consumir coisas, além de alimentos, vestimentas, etc.

Diante do que foi dito, percebe-se uma grande abertura não somente para a questão do consumo em si, como, por exemplo, a alimentação, mas também o bairro passa a se movimentar no sentido de “consumir” escolas e hospitais, dessa forma vão se desenvolvendo os bairros adjacentes e se diferenciando um do outro.

É importante salientar que a velocidade em que o desenvolvimento do Conjunto Habitacional Ana Jacinta se deu parcialmente em virtude do grande número de residências construídas, somando um total de 2500 lotes residenciais, o bairro foi ocupado a partir de 1993, além de contar com núcleos industriais e comerciais que desencadeou sua expansão. O bairro possui ainda, além do hospital 24h que é um pronto atendimento como já foi citado acima, conta com banco, casa lotérica, escolas particulares e públicas, locadoras, panificadoras, a Vila da Fraternidade que é uma comunidade para idosos e um amplo parque do povo.

Nesta perspectiva, será abordado a seguir o sistema de ensino da cidade de Presidente Prudente e, logo em seguida, será feita uma referência à Escola Estadual Francisco Pessoa polo de nossa pesquisa localizada no Ana Jacinta.

5.1 O Sistema do Ensino Médio de Presidente Prudente

Este item se preocupará em transcorrer, de forma sucinta, as características do sistema educacional de Presidente Prudente, bem como listar as escolas públicas do ensino médio, no qual constará a Escola Estadual Francisco Pessoa localizada no Conjunto Habitacional Ana Jacinta, local de estudo de presente trabalho.

Para tanto, segundo os sites do museu de Presidente Prudente e Wikipedia (s.d, s.p):

O município conta com mais de 130 estabelecimentos de ensino, e destaca-se pelas universidades a seguir Unesp, Uniesp, Unoeste, e pelas instituições Toledo, Sesi, Senai e Fatec, que juntas concentram mais de 80 mil alunos, distribuídos em mais de 110 cursos de graduação e pós-graduação.

A cidade conta com 3 universidades, 2 faculdades, 7 faculdades de educação à distância e 23 escolas públicas de ensino médio. As Universidades que constitui no município são: Unesp, Unoeste e a mais recente Uniesp. No que se refere às Faculdades são: Fatec e a Toledo. Na Educação a Distância (EAD) contamos com: Metodista, Unip, Uninter, Cesumar, Educon, LFG, Damásio.

Percebe-se, dessa forma, que Presidente Prudente comporta um sistema de ensino amplo no que se refere à educação que profissionaliza como faculdades, universidades, instituições e o ensino à distância.

Ademais, para conhecimento, serão listadas abaixo todas as 23 escolas públicas de ensino médio de Presidente Prudente, cabe aqui ressaltar as escolas são estaduais:

Antonio Fioravante de Menezes;
Comandante Tannel Abbud;
Doutor José Foz;
Doutor Marrey Júnior;
Fernando Costa;
Florivaldo Leal;
Francisco Pessoa;
Monsenhor Sarrion;
Professor Adolfo Arruda Mello;
Professor Arlindo Fantini;

Professor Hugo Miele;
Professor Joel Antonio De L. Genesio;
Professor Miguel Omar Barreto;
Professor Placídio Braga Nogueira;
Professora Anna Antônio;
Professora Celestina C. T. Teixeira;
Professora Clotilde Veiga De Barros;
Professora Fatima Ap. Costa Falcon;
Professora Maria Luiza Bastos;
Professora Maria L. Formozinho Ribeiro;
Professora Marietta F. De Assumpção;
Professora Mirella Pesce Desidere;
Vereador Pedro Tófano.

No que tange a proposta de estudo, a pesquisa desenvolvida sobre evasão escolar especificamente do Ensino Médio, será discorrida sobre a Escola Estadual Francisco Pessoa, que está situada no bairro Conjunto Habitacional Ana Jacinta, periferia do município de Presidente Prudente.

De acordo com o Regimento Escolar desta escola Art. 1º- a “E.E. Francisco Pessoa”, situada à Rua Santana Souza Olivette, 160 Conjunto Habitacional Ana Jacinta em Presidente Prudente-SP ministra ensino fundamental regular, ensino médio regular e EJA (Educação de Jovens e Adultos) com atendimento individualizado e presença flexível através da telesala do EF e EM.

A escola foi criada pelo decreto nº 39.973-95 de 21/02/1995 publicada no D.O.E 22/02/1995. Autorização de instalação do 2º grau pela Res. SE 36, de 15/02/1995. “Passa de Escola Estadual de 1º grau para Escola Estadual de 1º e 2º grau”, recebendo a denominação de E. E. P. S. G Francisco Pessoa, pela lei nº 9232/95, em 09/12/1995. É importante salientar ainda a reestruturação da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo. Essa reorganização ocorreu através da Res. SE 37 de 24/04/1996. E por fim a instalação do EJA (Educação de Jovens e Adultos) ocorreu pela Res. SE 41 de 21/06/2001 e Portaria do Dirigente Regional de Ensino de Presidente Prudente de 21/06/2001.

No que se refere ao Art.2º quanto aos objetivos, conforme o regimento escolar da mesma, além daqueles previstos na Lei Federal nº 9.394/96:

- I- Elevar, sistematicamente a qualidade de ensino oferecido aos educandos;
- II- Formar-se cidadãos conscientes de seus direitos e deveres;
- III- Promover a integração escola-comunidade;
- IV- Proporcionar um ambiente favorável ao estudo e ao ensino;

- V- Estimular em seus alunos à participação bem como a atuação solidária junto à comunidade;
- VI- Proporcionar aos alunos condições para que sejam vivenciadas as noções de moralidade e respeito mútuo.

Verificou-se que, de acordo com o regimento interno, a Escola Estadual Francisco Pessoa tem como compromisso a qualidade do ensino, a formação de cidadãos e a integração escola e comunidade com a participação “solidária” de seus alunos.

Será explicitado na tabela abaixo, o grande foco da pesquisa envolvendo o número de alunos evadidos, a série e a questão de gênero.

QUADRO 4 – Evasão Escolar na Escola Estadual Francisco Pessoa

Série	Feminino	Masculino	Número de Alunos Evadidos
1º	05	13	18
2º	04	07	11
3º	02	02	04
Total	11	22	33

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

Segundo o quadro 4, ilustrado acima, observa-se que há um total de trinta e três alunos evadidos. É por meio desses dados que será focada as pesquisas e os estudos sobre evasão escolar na Escola Estadual Francisco Pessoa do bairro Conjunto Habitacional Ana Jacinta, visto que essa questão se mostra preocupante para o bairro e para a própria escola.

Após contextualizar o objeto de estudo, no próximo item será realizada a análise dos dados referente à pesquisa realizada com adolescentes evadidos.

6 ASPECTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho objetiva conhecer a evasão escolar, demanda esta que se apresenta para o Serviço Social no campo educacional. A pesquisa foi realizada com intuito de desvelar os motivos que ocasionam tal problemática sendo efetuada no município de Presidente Prudente, mais especificamente na Escola Estadual Francisco Pessoa, localizada no Conjunto Habitacional Ana Jacinta, zona oeste da cidade.

Para tanto, foram realizadas os seguintes tipos de pesquisa: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa de campo e também a pesquisa documental.

A pesquisa bibliográfica para Rizzini, Castro e Sartor (1999, p. 35): “É um tipo de pesquisa que investiga idéias, conceitos, que compara as posições de diversos autores em relação a temas específicos e faz uma relação crítica sobre estas ideias e conceitos, defendendo uma tese”.

Assim, a pesquisa bibliográfica realizada neste trabalho tem o intuito de abordar a evasão escolar através de um olhar crítico da realidade, atribuindo-se de conceitos, dados concretos e idéias, que já foram escritos em livros, artigos, resoluções, legislações pertinentes e demais publicações, sobre o assunto e partir disso expor e discutir uma nova proposta.

A pesquisa de campo segundo os mesmos autores (1999, p. 34):

[...] trata do estudo de pequenas populações, pode ser feito diretamente onde o fenômeno acontece. A principal vantagem é que o estudo é conduzido no próprio ambiente e o pesquisador convive com a população investigada o que permite maior sensibilidade para aspectos que às vezes são negligenciados em pesquisas de grande porte [...].

Este tipo de pesquisa teve a finalidade de estudar uma determinada população em um determinado espaço, pois o convívio com os entrevistados permitiu conhecer e compreender seu cotidiano social, possibilitando maior entendimento do fenômeno estudado.

Já a pesquisa documental segundo Gil (2002, p. 45):

[...] assemelha-se muito à pesquisa bibliográfica. A diferença essencial entre ambas está na natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições de diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos de pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa documental é diferenciada da bibliográfica devido as fontes materiais que são mais diversificadas e dispersas não recebendo um estudo mais elaborado, mas que contribuem de acordo com o objeto pesquisa, podendo ser fotos, leis, relatórios, diários, cartas, por exemplo.

Utilizou-se como procedimento metodológico perguntas quantitativas e qualitativas, visto que, de tal forma, conseguiu ter maior dimensão do universo pesquisado, já que este encontra-se em constante transformação, possibilitando, assim, maior compreensão da realidade.

A pesquisa de campo parte do universo de 33 alunos evadidos no primeiro semestre de 2010, sendo que deste total foram selecionados com amostragem 37% (trinta e sete por cento), ou seja, doze alunos. Destes alunos evadidos, verificou-se que 9 residem no bairro Ana Jacinta e os outros em bairros adjacentes (Jardim Prudentino, Mario Amato e Jardim Itaipu), por motivos éticos e para resguardar a identidade dos adolescentes entrevistados estes serão denominados por números de 1 à 12.

As entrevistas foram realizadas nas residências, a princípio se tinha o intuito de agendar datas e horários, porém só foi possível com quatro entrevistados, sendo o restante realizada prontamente devido à disponibilidade de tempo.

Para a operacionalização da pesquisa, foi necessário obter primeiramente uma autorização do diretor da Escola Estadual Francisco Pessoa e dos responsáveis legais dos alunos entrevistados para divulgação dos dados recolhidos na pesquisa.

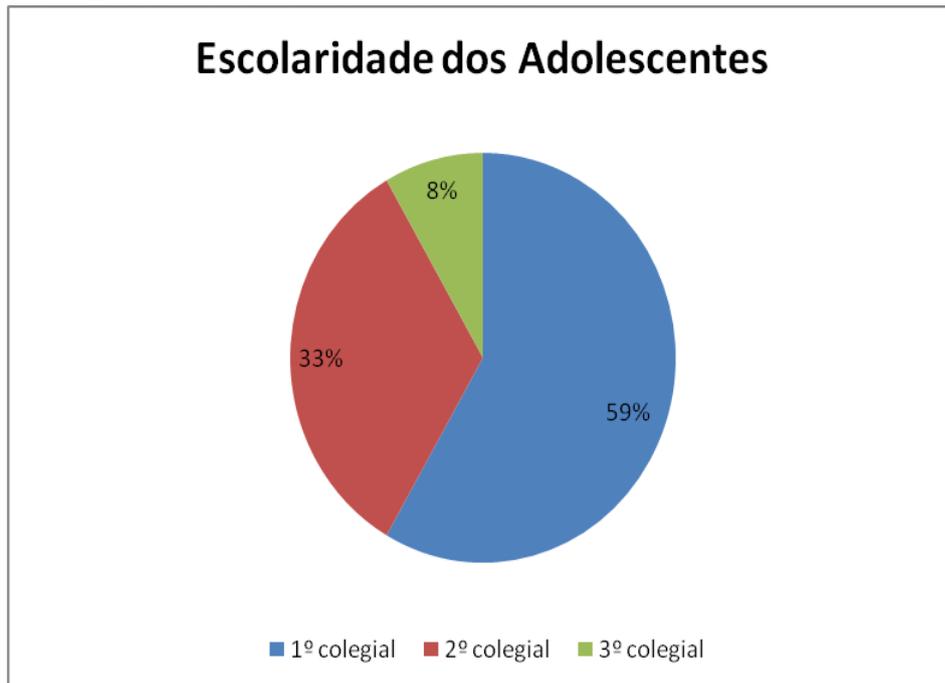
Após a efetivação das entrevistas e as coletas de dados pertinentes, esses foram respectivamente tabulados e selecionados para que nos possibilitem o desvelamento e proximidade da realidade. Lakatos e Marconi (2001, p. 166) complementam dizendo que a seleção consiste no: “[...] exame minucioso dos dados. De posse do material coletado, o pesquisador deve submetê-lo a uma

verificação crítica, a fim de detectar falhas ou erros evitando informações confusas, distorcidas, incompletas, que podem prejudicar o resultado da pesquisa”.

Conforme o que foi citado acima, para a interpretação e análise dos dados relativos à situação de evasão escolar, procurou-se cruzar todos os dados obtidos a fim de analisar de forma crítica, evitando ao máximo, qualquer tipo de informações mutiladas ou imperfeitas que possam influenciar de forma negativa o resultado da pesquisa. Por isso se faz necessário realizar sucessivas aproximações da realidade com intuito desvelar as causas que contribuem para incidência da evasão escolar neste território, como assim será evidenciado através do perfil levantado dos adolescentes evadidos residentes no Conjunto Habitacional Ana Jacinta e suas adjacências.

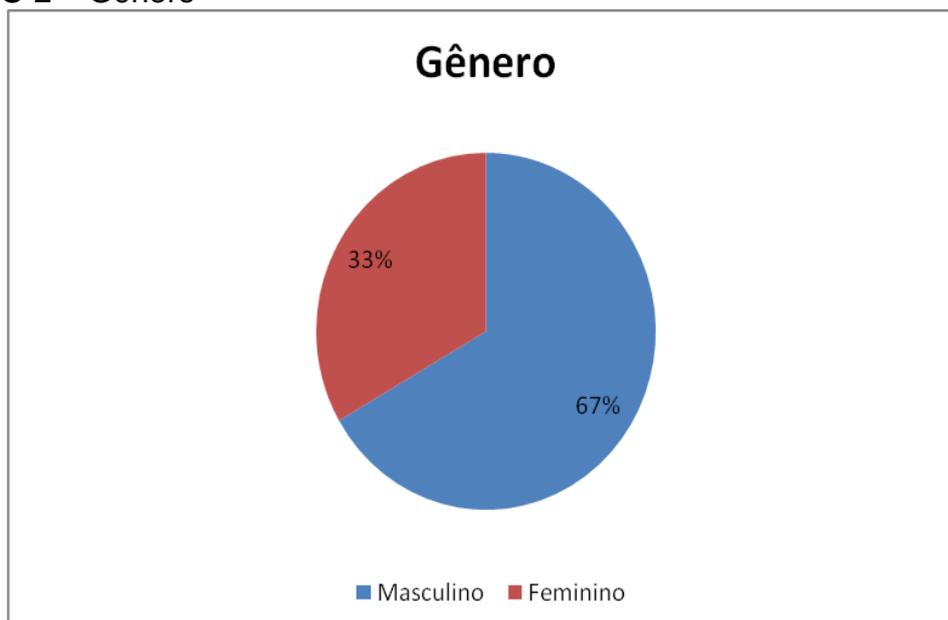
6.1 Perfil dos Entrevistados

Neste item, será abordado o perfil dos adolescentes evadidos da Escola Estadual Francisco Pessoa no primeiro semestre do ano de 2010 utilizando gráficos para melhor visualização das temáticas levantadas, dessa forma, serão discutidas questões como a escolaridade, gênero, faixa etária dos adolescentes, renda familiar, escolaridade das famílias e situação profissional.

GRÁFICO 1 – Escolaridade dos Adolescentes

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

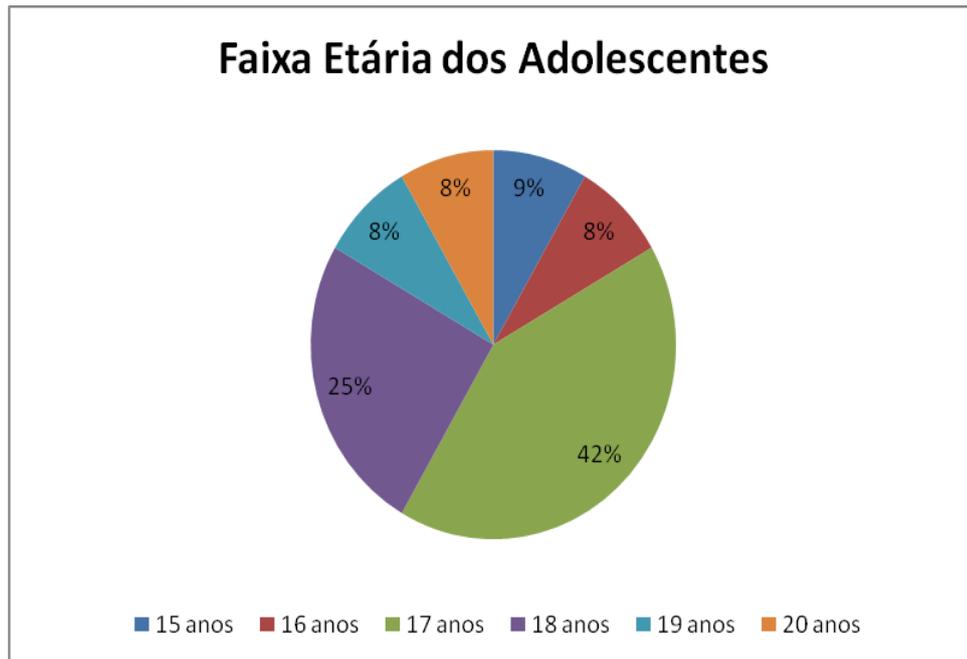
Referenciando o gráfico, acima, constatou-se, que das entrevistas realizadas com 37% (trinta e sete por cento) dos adolescentes evadidos, o maior índice de evasão escolar se evidencia no primeiro colegial com o percentual de 59% (cinquenta e nove por cento) das respostas.

GRÁFICO 2 – Gênero

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

No gráfico 2, observa-se que o sexo masculino predomina com 67% (sessenta e sete por cento) dos entrevistados sobre 33% (trinta e três por cento) do sexo feminino, sendo que, no universo de pesquisa (33 adolescentes) temos 66,6% (sessenta e seis virgula seis por cento) masculino e 33,4% (trinta e três virgula quatro por cento) feminino.

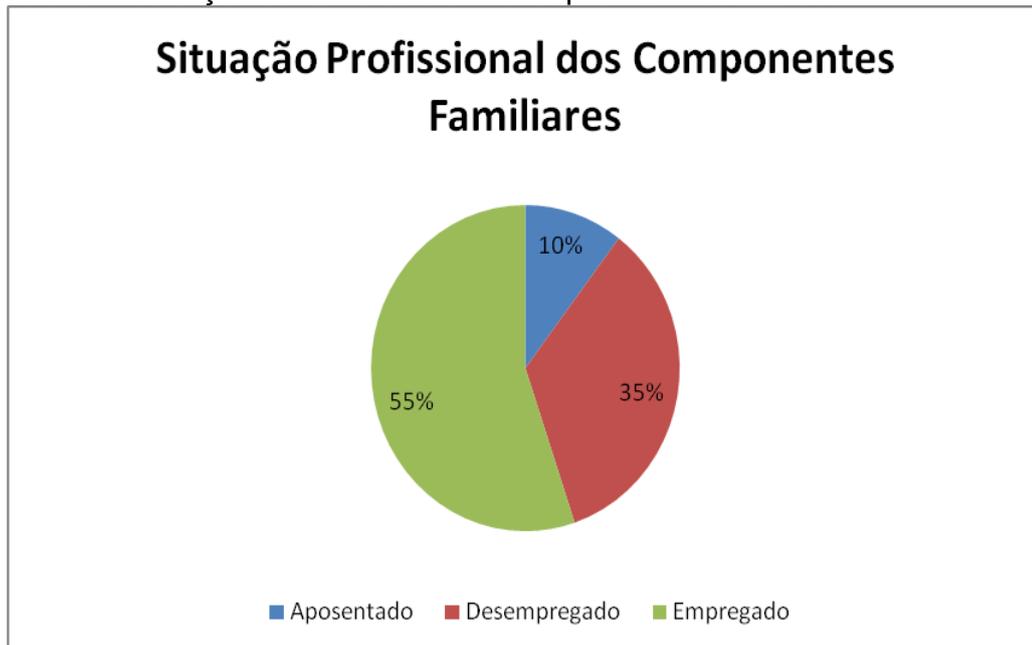
GRÁFICO 3 – Faixa Etária dos Adolescentes



Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

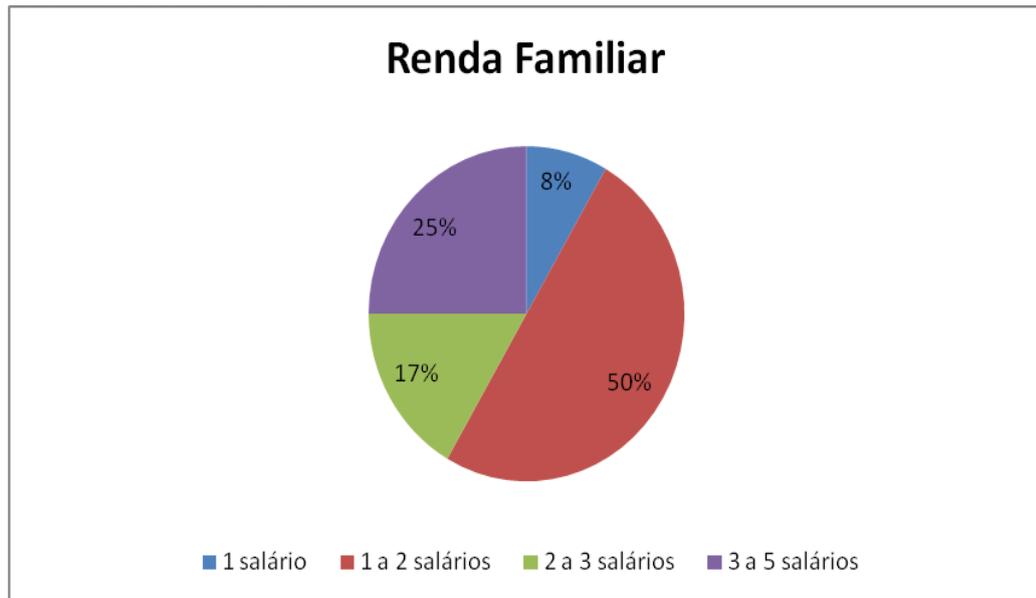
Em relação aos dados referentes à faixa etária dos adolescentes evadidos, gráfico 3, percebe-se que a idade variável é de 15 a 20 anos, sendo que a idade de 16 anos representa 8% (oito por cento) do total, verifica-se ainda que as idades de 19 e 20 anos representam também o percentual de 8% (oito por cento) cada, uma vez que esses adolescentes estão em atraso escolar devido à repetência, fator este que contribui para evasão escolar, ponto-chave da presente pesquisa.

Constata-se, porém, que as idades predominantes são 17 anos, com 42% (quarenta e dois por cento) do total de 12 entrevistados e 18 anos, representando 25% (vinte e cinco por cento) deste mesmo total, fato este que preocupa, no que tange a conclusão do ensino médio, visto que é de suma importância para dar continuidade aos estudos no nível superior e posteriormente, melhor colocação e inserção no mercado de trabalho.

GRÁFICO 4 – Situação Profissional dos Componentes familiares

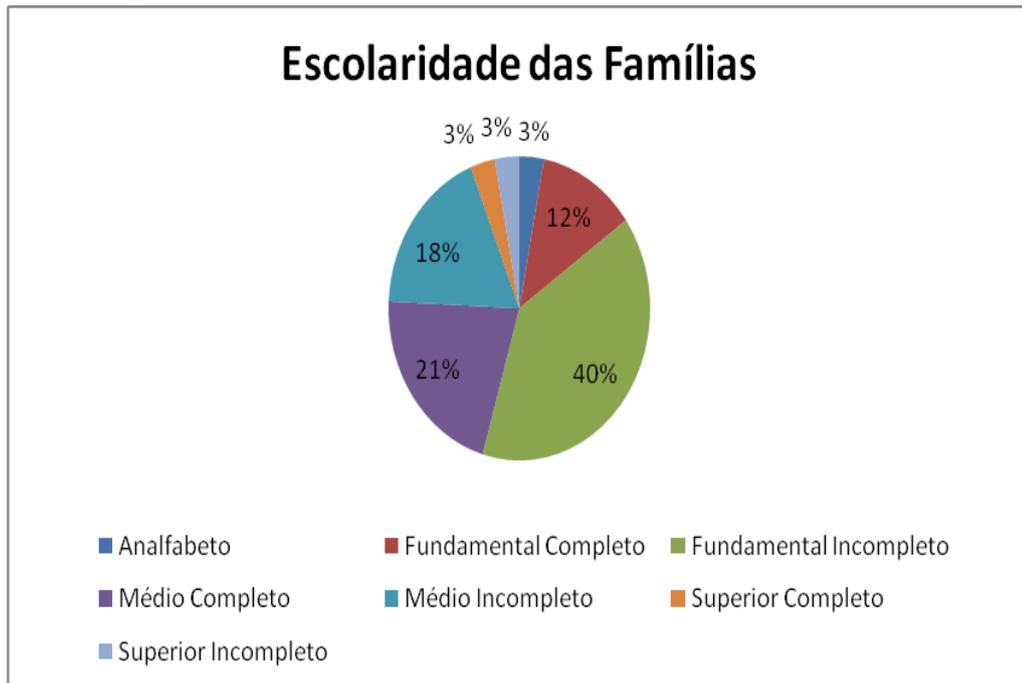
Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

Verifica-se que o percentual de aposentados é de 10% (dez por cento), já o de desempregado é de 35% (trinta e cinco por cento), sendo esse um dado preocupante que rebate e influencia negativamente na renda e na escolaridade familiar, como demonstram os gráficos apresentados. Assim, no gráfico 4 acima, interpreta-se que a situação profissional dos familiares, que é mais significativa, se refere ao percentual de 55% (cinquenta e cinco por cento) com vínculo empregatício como diarista, motorista, auxiliar geral e de contabilidade, comerciante, pedreiro, caminhoneiro, serralheiro, vendedor, mecânico, marceneiro.

GRÁFICO 5 – Renda Familiar

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

De acordo com o gráfico 5, analisa-se que 50% (cinquenta por cento) das famílias possuem renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, visto que, o maior índice dos componentes familiares encontram-se em situação de trabalho formal e informal. É importante salientar que essas famílias não possuem nenhum tipo de benefício social. Outro dado importante evidenciado, está relacionado aos 25% (vinte e cinco por cento) das famílias com 3 a 5 salários mínimos, isso nos faz refletir que a evasão escolar não está diretamente relacionada com a questão do poder aquisitivo das famílias e nem as classes sociais das mesmas, não sendo um fator determinante para ocasioná-la.

GRÁFICO 6 – Escolaridade das Famílias

Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

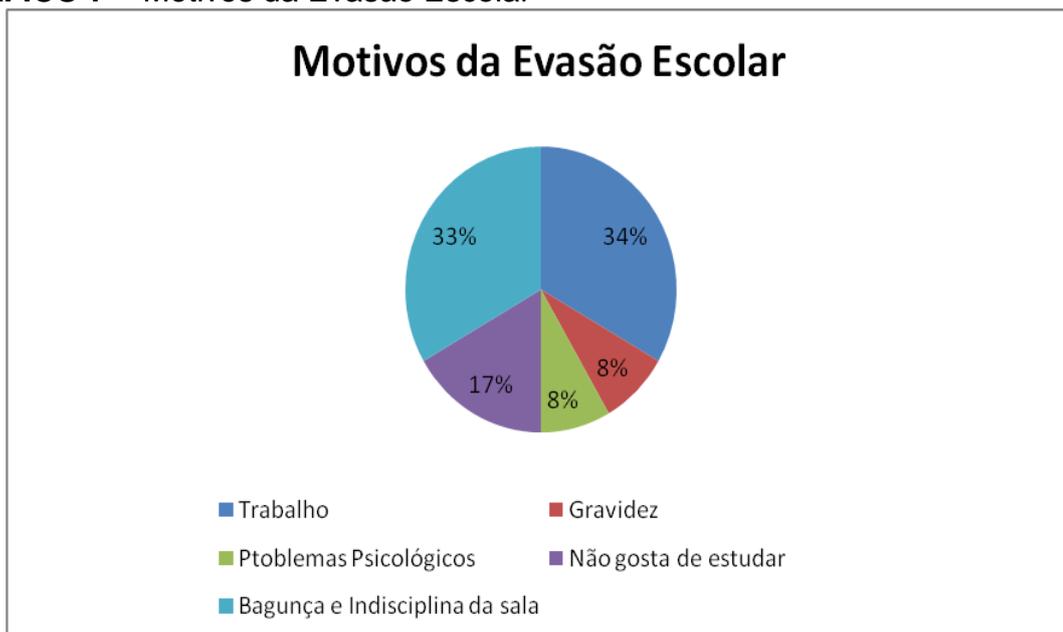
Com relação aos dados coletados acima, constatou-se que o indicador relevante apresenta-se com percentual de 40% (quarenta por cento) das famílias com ensino fundamental incompleto, podemos relacionar tal questão com os índices de renda familiar de 1 a 2 salários mínimos, citado no gráfico 5, já que, estas profissões se enquadram nos trabalhos formais e informais que não necessitam de um grau mais elevado de instrução educacional. Encontramos no mesmo gráfico uma discrepância, pois há 3% (três por cento) em situação de analfabetismo e outros 3% (três por cento) com ensino superior, complementando o que foi analisado no gráfico 5 onde descreve que a evasão escolar não está somente fundamentada na classes sociais, nas quais os indivíduos estão inseridos.

Nos próximos itens, serão apresentadas as perguntas quantitativas que se referem aos motivos da evasão escolar, importância dos estudos, profissão que pretende seguir, atividades que desenvolvem no cotidiano, questionamentos sobre a escola, retorno aos estudos, perda de oportunidades por falta de nível de formação e contribuição dos profissionais da rede escolar para o retorno à escola.

6.1.1 Motivo pelo qual parou de estudar

Conforme a pesquisa realizada com os alunos evadidos da Escola Estadual Francisco Pessoa, observou-se que os motivos mais evidentes que levam à evasão escolar são: gravidez na adolescência, desinteresse pelo estudo, problemas relacionados a fatores psicológicos, indisciplina dos alunos em sala de aula e o trabalho, sendo os dois últimos motivos que apresentaram maior percentual com 34% (trinta e quatro por cento) e 33% (trinta e três por cento), como será visto no gráfico 7 abaixo.

GRÁFICO 7 – Motivos da Evasão Escolar



Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

Neste sentido, pode-se dizer que os motivos que levam o aluno a evadir-se, são diversos, porém, na presente pesquisa destacou-se como indicadores de maior relevância os fatores extra-escolares e os intra-escolares, evidenciados nas falas citadas abaixo pelos adolescentes evadidos 1, 6 e 7 que devem ser compreendidos por diversas questões de natureza política, social, econômica e de valores culturais: Como assim salienta o adolescente 1: “Eu estudava de manhã, mas achei um emprego e comecei a trabalhar numa serralheria, más só fiquei 3

meses lá, depois fui na escola para ver se dava para ir para a noite, mas o Diretor disse que eu era muito novo para estudar à noite”. (ENTREVISTA, 2010).

Esta fala evidencia sobre as características do mundo capitalista que impõe aos jovens a inserção precoce no mercado de trabalho, vindas da necessidade de consumo contínuo, bem como na complementação da renda familiar devido à remuneração insuficiente, a baixa escolaridade atrelada com a falta de qualificação. É possível perceber ainda na mesma fala, a falta de incentivo da equipe escolar no retorno deste adolescente aos estudos.

Dando continuidade à análise, verificou-se ainda que o segundo motivo de maior relevância para evasão escolar está relacionada com indisciplina dos alunos em sala de aula que são reflexo da violência vivenciada na sociedade, como iremos averiguar na fala dos adolescentes 6 e 7:

Parei por causa de bagunça na escola, brigas, falta de respeito dos alunos e alguns professores e vi até entrada de revolver na escola. (ENTREVISTA, 2010).

Parei de estudar por causa da bagunça e falta de autoridade dos responsáveis da escola. (ENTREVISTA, 2010).

Tendo como norte as afirmações acima, é possível relacionar a falta de autoridade dos profissionais atuantes na escola com falta de respeito e conflitos dentro da própria instituição, fatos estes que podem contribuir para criminalidade tão vivenciada no âmbito escolar na atualidade.

Neste contexto, é importante que a escola possibilite alternativas no sentido de promover a interação entre escola, alunos, a família e a própria comunidade, ou seja, é necessário revitalizar a atuação da escola, com uma equipe docente envolvida e preparada no sentido de tornar as aulas mais atrativas e voltadas à realidade social vivenciada pelos alunos. Para tanto, é preciso ainda o comprometimento governamental na efetivação de ações que proporcionem a implantação de projetos direcionados ao ensino médio, que viabilizem a capacitação profissional desses adolescentes para o mercado de trabalho.

6.1.2 A importância do estudo para o entrevistado e sua família

De acordo com os dados levantados nas entrevistas realizadas com os adolescentes evadidos, pode-se constatar que 100% (cem por cento) dos entrevistados e suas famílias consideram o estudo importante, visto que tal fato, segundo os mesmos, está ligado à questão de inserção no mercado de trabalho ou a carreira que pretendem seguir, conforme se averiguou abaixo nas respostas citada pelos Adolescentes 7 e 11.

O estudo pra mim é importante para o futuro, sem ele não somos nada, o estudo ainda é importante para a inserção no mercado de trabalho. E para minha família também é importante pelo mesmo motivo. (ENTREVISTA, 2010).

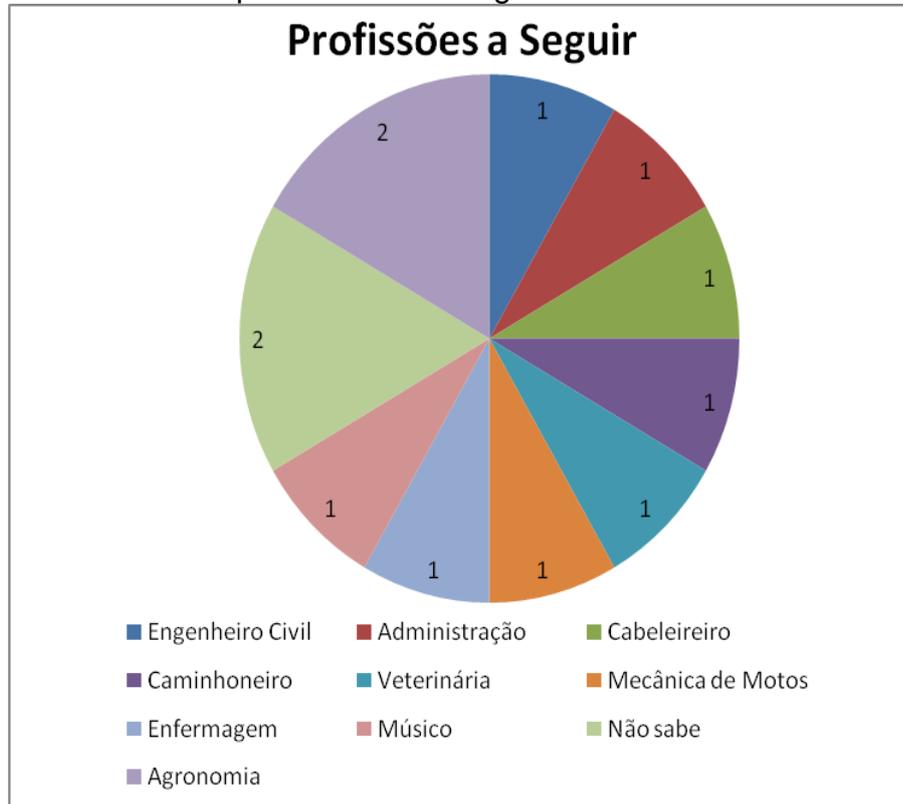
É importante para ter um futuro melhor, para ter os estudos completos, para o trabalho, melhorar a remuneração salarial e posição no mercado de trabalho. (ENTREVISTA, 2010).

As respostas acima vêm de encontro com a análise realizada, ou seja, todos adolescentes entrevistados percebem a importância dos estudos e suas respectivas famílias consideram também a educação de suma importância.

Nesta perspectiva, pode-se verificar que tal fato está relacionado com a questão da profissão que esses jovens pretendem seguir, segundo os mesmos, a concepção de um bom emprego não está desassociada da educação, mesmo interrompendo os estudos conseguem perceber, que para conseguir boa qualificação no mercado de trabalho, participação ativa e convivência com a sociedade, é necessário retornar à escola. Como será demonstrado no próximo gráfico que indicará as profissões que os adolescentes entrevistados pretendem ou gostariam de seguir.

6.1.3 Profissão que gostariam de seguir

GRÁFICO 8 – Profissões que Pretendem Seguir



Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

Segundo as informações apuradas, encontrou-se uma diversidade de profissões que se inserem na dinâmica do mercado de trabalho formal ou informal e que são reconhecidas pelo mesmo. Seguindo este raciocínio, interpreta-se que seis das respostas fornecidas pelos adolescentes retratam profissões que necessariamente precisam da conclusão do ensino médio enquanto requisito fundamental para o egresso no ensino superior. Vale ressaltar ainda, que se relacionar a questão abordada acima que trata da importância do estudo, verifica-se em algumas respostas contradições, como fica explícito na fala do adolescente 2: “O estudo é importante, pois visio um futuro melhor, objetivando conseguir um bom emprego. Minha família também concorda que o estudo seja importante e insistem para que eu volte a estudar”. (ENTREVISTA, 2010).

Nesta fala, pode-se evidenciar claramente esta contradição, visto que, o adolescente 2, mesmo afirmando a importância da continuidade na vida escolar, no questionário aplicado pelo grupo, diz que pretende ser caminhoneiro, profissão esta que relativamente não se faz necessário um grau de instrução elevado, porém atualmente muitas empresas vinculadas ao ramo de logística exigem uma formação de nível médio completo.

Já no próximo subitem, serão discutidas as respostas no que tange a volta destes adolescentes à escola, visto que, tal questão está embutida na profissão que pretendem seguir e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

6.1.4 Pretensão com relação ao retorno à escola

Ao indagar os adolescentes quanto à pretensão de voltar a estudar, obtivemos 100% (cem por cento) das respostas positivas, uma vez que o regresso à escola está associado ao anseio de um futuro melhor tanto no âmbito financeiro como social, conforme podemos constatar nas respostas fornecidas pelos adolescentes 3 e 5:

Sim, porque quero fazer um curso de enfermagem e conseguir um trabalho.
(ENTREVISTA, 2010).

Sim, pretendo fazer supletivo para completar o ensino médio e fazer faculdade de administração, porque quero subir de cargo no meu serviço.
(ENTREVISTA, 2010).

Tendo em vista o que foi mencionado nas falas acima, analisa-se que o retorno aos estudos para estes adolescentes está intrinsecamente ligado a um melhor posicionamento no mundo do trabalho, o que significa uma complementação na renda familiar e no status quo perante à sociedade. Nesse sentido, é possível compreender que o trabalho é parte integrante da maioria das ações desenvolvidas pelos entrevistados como será demonstrado a seguir.

6.1.5 Atividades desenvolvidas pelos entrevistados

De acordo com as respostas apuradas, verifica-se que do total de 12 entrevistados, 3 desenvolvem atividades de lazer e os outros 9 relatam o trabalho como sua principal atividade, tal projeção leva a compreender que a busca pelo trabalho é fruto de uma sociedade capitalista que tem como característica atender as necessidades do mercado, visto que sua lógica é voltada para a questão do “ter”, do consumir, do possuir, e, principalmente, como a forma de sobrevivência, uma vez que, um indivíduo que não exerce nenhuma atividade remunerada não é visto enquanto detentor de direitos ficando à margem da sociedade. Como podemos evidenciar na fala do adolescente 3: “Trabalho como manicure externamente para contribuir na renda da minha família”. (ENTREVISTA, 2010).

Pode-se averiguar, diante do exposto que a priorização do trabalho como principal atividade é reflexo de fatores sócio-econômicos e culturais, que influenciam diretamente na vida deste indivíduo e de sua família, ou seja, o trabalho se torna assim, a única forma de renda para sua subsistência.

Outro aspecto a ser considerado é a relação entre a pretensão dos adolescentes no regresso à escola, com as atividades desenvolvidas pelos mesmos, visto que, as duas questões estão diretamente associadas ao trabalho, sendo que o objetivo maior é de concluir os estudos para adentrar no mercado de trabalho de forma capacitada visando à melhor posição e remuneração na vida profissional.

Em seguida, será abordado a questão da ausência dos estudos e seus impactos no que tange a perda de oportunidades que foram pontuadas pelos próprios adolescentes principalmente as que estão relacionadas ao mercado de trabalho.

6.1.6 A ausência dos estudos e a perda de oportunidades

Quando indagados se a ausência dos estudos fizeram os adolescentes perderem alguma oportunidade, 50% (cinquenta por cento) das respostas foram sim e 50% (cinquenta por cento) disseram que não. Para demonstrar esta paridade nas respostas, temos as falas dos adolescentes 2, 4, 5, 6 e 8:

Já, pois estava na Casa do Pequeno Trabalhador há mais ou menos cinco meses, sai por conta das notas ruins e muitas faltas. (ENTREVISTA, 2010).

Muitas. Perdi 03 estágios no CIEE, pois estava sem estudar. Perdi também o emprego na Andorinha. (ENTREVISTA, 2010).

Sim, perdi oportunidades de trabalho por não ter concluído os estudos. (ENTREVISTA, 2010).

Sim, na entrega de currículo, digo que estou cursando, mas na verdade não estou. Já fui chamada para trabalhar mas não deu. (ENTREVISTA, 2010)

Sim, se tivesse me dedicado aos estudos com certeza teria um emprego melhor. (ENTREVISTA, 2010).

Percebe-se que as oportunidades perdidas para esses adolescentes se direcionam no sentido do mercado de trabalho, dois desses jovens estavam empregados e perderam seus empregos, já em outra fala, o adolescente tem a percepção de que se tivesse se dedicado mais aos estudos, poderia estar em um emprego melhor, visto que o mundo de trabalho solicita pessoas qualificadas com competências, conhecimentos e habilidades para atender os objetivos do empregador.

Já os adolescentes que responderam “não”, se sentiram confusos, uma vez que obtivemos respostas curtas, tais como as do adolescente 9 e 10:

Não. (ENTREVISTA, 2010).

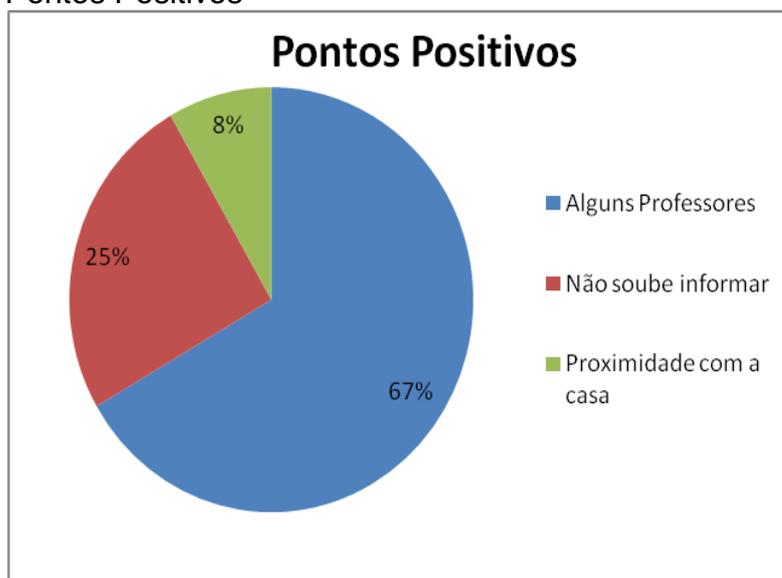
Ainda não. (ENTREVISTA, 2010).

Essas respostas refletem que os adolescentes não conseguem ter a compreensão e a visão crítica da importância dos estudos enquanto formação intelectual estando internalizado neles a necessidade do trabalho mesmo quando afirmaram ao dizerem que os estudos são importantes, como demonstra o item 6.1.2, já analisado anteriormente.

Neste sentido, serão abordados a seguir os pontos positivos e negativos nos quais os adolescentes relataram sobre a escola em que estudavam, pontos esses que incidem sobre a temática até aqui discutida.

6.1.7 Pontos positivos e negativos da Escola Estadual Francisco Pessoa

GRÁFICO 9 – Pontos Positivos



Fonte: Pesquisa de Campo, realizada pelos Autores, 2010.

Considerando o gráfico acima, é possível averiguar que 8% (oito por cento) das respostas pontuam enquanto algo positivo, a proximidade que a escola tem em relação à sua residência, não necessitando de meios de transporte para se locomover até a unidade escolar.

Verificou-se ainda que 25% (vinte e cinco por cento) dos entrevistados não souberam informar os pontos positivos, uma vez que enxergam somente os

pontos negativos que, para eles, são mais predominantes, pois foi o que vivenciaram no âmbito escolar.

Percebe-se também que o ponto positivo da escola que mais evidencia é o comprometimento por parte de alguns professores que incentivam e orientam de forma clara auxiliando a compreensão do processo de aprendizagem, como podemos destacar nas falas dos adolescentes 2 e 8:

O ponto positivo são alguns professores que me incentivaram, mas não todos. (ENTREVISTA, 2010).

O comprometimento por partes dos professores e direção. (ENTREVISTA, 2010).

Diante das falas, se pode perceber que, em um processo de aprendizagem a figura mais próxima do aluno é o professor, sendo ele o principal canal de transmissão de conhecimentos, por esse motivo cabe ao professor ter a sensibilidade de identificar as necessidades que englobam questões não somente educacionais, mas também sociais, culturais e econômicas e a partir disso, direcionar suas ações pedagógicas de acordo com a realidade vivenciada pelo aluno.

Uma vez realizada a discussão dos pontos positivos, faz-se indispensável analisar os pontos negativos coletados nas entrevistas, para que se possa chegar à compreensão dos motivos que ocasionam a evasão escolar dos jovens entrevistados, possibilitando assim, a construção de respostas sustentáveis para a questão apresentada.

De acordo com os relatos dos adolescentes 2, 5 e 11, obtive as seguintes respostas com relação à escola:

Os diretores não têm controle dos alunos, quem manda na escola são os alunos e os profissionais não têm autonomia. (ENTREVISTA, 2010).

Tem muita indisciplina dos alunos, drogadição, violência por parte dos alunos com os professores. (ENTREVISTA, 2010).

Nunca gostei de estudar lá, por causa da baderna dos alunos e as drogas que dispersa meu interesse. (ENTREVISTA, 2010).

Assim, percebe-se segundo os alunos, o ponto negativo que mais se apresenta é a indisciplina dos mesmos e a ausência de autoridade por parte da equipe que integra a escola, seguido pela questão das drogas situações estas que são características advindas da formação histórica do bairro, sendo construído longe da zona urbana propiciando a exclusão dos seus moradores expondo-os ao não acesso à bens e serviços, as famílias nesta perspectiva, acabaram incorporando essa cultura. Outro aspecto pontuado nas falas foi a violência, esta aqui entendida proveniente do contexto societário no qual se vivencia.

Outro fator importante seria com relação à indisciplina dos alunos e a não autoridade da equipe escolar que é reflexo do que fora exposto acima e fato preponderante que levaram esses alunos à evasão.

Para finalizar, será discutido em seguida o que e como os profissionais da rede escolar podem fazer para que alunos evadidos voltem a frequentar a escola para o seu pleno desenvolvimento intelecto-social, mas também na preparação e qualificação para a vida profissional.

6.1.8 A rede escolar e sua contribuição na volta aos estudos

Com a finalidade de entender o papel da escola na volta dos alunos evadidos à rede de ensino, os adolescentes foram questionados sobre qual a contribuição dos profissionais que estão inseridos no processo educacional para que esta demanda seja compreendida de forma mais objetiva.

Partindo do contexto acima, iniciaremos com a fala do adolescente 1: “Um ensino diversificado, com laboratórios, sala de vídeo e passeio escolar”. (ENTREVISTA, 2010).

Tendo em vista o que foi dito acima, foi possível interpretar que é necessário a utilização de aulas mais práticas e dinâmicas que sejam mais próximas da realidade vivenciada pelos alunos com o objetivo de propiciar momentos agradáveis, mas que estejam relacionados com a grade curricular, ou seja, uma

metodologia diferenciada que possa transmitir o conteúdo no sentido de que o aluno perceba e compreenda a real intenção da aprendizagem.

Seguindo, apresenta-se a opinião do adolescente 3: “Tendo mais atenção e oportunidade por parte dos professores e da própria direção”. (ENTREVISTA, 2010).

Assim, entende-se que os profissionais da rede escolar precisam olhar o aluno em sua particularidade como parte integrante de um todo, isto é, compreendendo seus valores, sua cultura e sua história, para que possam não somente perceber determinadas questões que se evidenciam no ambiente escolar, mas também aquelas que se manifestam fora dele.

Dando continuidade, enfatiza-se a fala do adolescente 4: “Tem que ter muito incentivo. Interação entre o aluno e o professor”. (ENTREVISTA, 2010).

Levando em consideração a afirmação acima, pode-se averiguar que o incentivo e a interação entre aluno e professor são de suma importância para o desenvolvimento tanto da escola quanto do aluno, incentivo este que pode vir através de premiações, elogios e reconhecimento por parte de professores e outros profissionais que atuam na escola, contribuindo para a volta e permanência do mesmo. A interação por sua vez, significa oferecer o melhor ambiente possível de fala e escuta entre os envolvidos na aprendizagem.

Importante ressaltar a fala do adolescente 9: “Nada. Tem que partir de mim”. (ENTREVISTA, 2010).

O adolescente foi claro em sua fala compreendendo que para voltar aos estudos é necessário que o primeiro passo seja dado por ele próprio, visto que em sua concepção a escola não pode auxiliar em nenhum aspecto para que isso ocorra.

Já o adolescente 12 relata: “A escola deveria voltar sua atenção ao respeito e à disciplina”. (ENTREVISTA, 2010).

Fica claro na fala acima que um dos pontos principais pontuado pelo adolescente está relacionado ao respeito e à disciplina devem ser recíproco entre os docentes e alunos como questão fundamental para a melhoria na qualidade de ensino que reflete na boa convivência de ambos.

Enfim, a pesquisa de campo nos revela dois aspectos importantes para entendermos a evasão escolar na EE Francisco Pessoa, o primeiro aspecto se refere à particularidade do Ana Jacinta tencionada pela exclusão social no qual foi construído, ocasionando uma violência cultural repleta de valores que se reproduzem dia após dia, o segundo está relacionado com a ordem societária na qual vivenciamos, uma vez que esta demonstra uma ética dominante onde o principal valor humano é o trabalho, isto é, só é reconhecido pela sociedade àquele que trabalha e, diante das respostas pontuadas pelos adolescentes esta questão do primeiro emprego e de sobrevivência está enraizada nos jovens.

Dessa forma apresentaremos abaixo a conclusão do grupo sendo requisito fundante para maior compreensão da temática aqui pesquisada, com intuito de obter respostas sustentáveis no enfrentamento da evasão escolar.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entende-se, durante o processo de construção deste trabalho de curso que a educação deve ser compreendida como um complexo de construção da vida social que perpassa por uma fusão de culturas diferentes e que não se limita e tampouco se enquadra somente em um determinado espaço, mas que ela também está presente no âmbito familiar, na igreja, na comunidade, na cultura, na rua, em grupo de amigos, enfim, a escola é somente um espaço legitimado pelo Estado para que ocorra a alfabetização.

Assim, foi possível refletir a educação enquanto direito social, trazendo o contexto da descentralização do poder, explicitado na CF/88, ou seja, onde é delegada maior autonomia a cada uma das esferas governamentais (Federal, Estadual e Municipal), para maior controle nas ações a serem desenvolvidas, discutiu-se ainda o que cada LDB estabelece em seus princípios aos quais norteiam a educação nacional pontuando-os no contexto de uma de sociedade que vivencia na atualidade o neoliberalismo.

Para tanto, se faz necessário evidenciar a função da educação em diferentes aspectos da história do Brasil, a começar pelo período colonial, onde se encontra a sociedade civil e, principalmente, a igreja impondo seus conhecimentos culturais aos negros e índios, significando uma dominação dos colonizadores sobre os mesmos, desta forma, a educação esta voltada para responder à vontade da metrópole que se fundamentava em catequizar, “amansar” o índio, fazendo com que ele se sentisse submisso e, assim, poderiam exigir qualquer tipo de trabalho.

No século XIX, com o Brasil Império, se percebe que a sociedade começa a se estruturar em classes, de um lado, a elite dominante e do outro a dominada, isto é, aqueles possuidores de bens e propriedades e os que detêm somente a força de trabalho como única fonte de sobrevivência. Por se tratar de um período escravocrata, a maioria das famílias viviam no campo e as escolas se localizavam apenas nas cidades e eram voltadas somente para as famílias com grandes posses, com isso, a educação tem como principal função produzir uma

exclusão e segregação das classes societárias, bem como apoiar ideologias e valores burgueses.

No Brasil República durante os séculos XIX e XX, onde há o início do processo da industrialização refletindo em toda a sociedade desenvolvendo a urbanização, assim, o país torna-se urbano-industrial e, o polo de trabalho passa do seio familiar para as fábricas, com isso, as famílias não conseguiam mais educar os seus entes para o trabalho e nem para uma vida em sociedade, era imprescindível, então, que a escola realizasse esse papel. Nesta perspectiva, a classe operária começa a ficar em evidência ao exigir que seus filhos freqüentassem a escola, fazendo com que esta atenda outras classes sociais, verifica-se aqui que a escola passa a formar trabalhadores especializados no sentido de gerenciar, supervisionar e controlar as atividades nas indústrias que era composta pelos filhos da elite brasileira, em outra extremidade, forma trabalhadores dessas atividades enquanto mão-de-obra executora, sendo os filhos do operariado industrial, deixando clara a desigualdade entre classes sociais.

E, a partir da década de 40, ocorre no país um processo pela democratização da educação por meio da elaboração do primeiro projeto de LDB em 1948 que, devido ao contexto sócio-econômico e político pós-guerra foi aprovada somente em 1961 com outras diretrizes.

Já na década de 60, com ditadura militar, houve repressão sobre os movimentos sociais atingindo em especial a educação, pois as aulas eram “vigiadas” por policiais e ou representantes do regime, culminando em um retrocesso do desenvolvimento educacional brasileiro, inicia-se, então, a educação noturna em meados dos anos 70, surgindo diante deste contexto a precarização da qualidade de ensino.

No início da década de 80, se tem a transição do regime autoritário para a democratização, na educação significou o surgimento de cursos profissionalizantes devido ao desenvolvimento tecnológico e as transformações no mundo do trabalho com objetivo de qualificar mais trabalhadores em menos tempo, característica que fundamenta o Estado neoliberal que se concretiza nos anos 90, minimizando a atuação do aparelho estatal que se isenta de suas responsabilidades transferindo-as para a sociedade civil.

Todo esse processo histórico, já mencionado anteriormente, possibilita-nos afirmar que a educação passa a ter visibilidade econômica, isto é, a fomentação desta política passa a ser influenciada pelo Banco Mundial, atendendo prioritariamente aos interesses do mercado capitalista, diante desta lógica, ampliam-se os problemas educacionais, podendo citar a evasão escolar.

Compreende-se que educação e cidadania estão intrinsecamente ligadas, visto que o histórico da cidadania diz que o termo não se aplicava em qualquer indivíduo e, com a educação acontece o mesmo, pois nem todos podiam frequentar a escola.

A educação deve ser entendida pela perspectiva de formar cidadãos, neste sentido o presente estudo encontrou um desafio neste processo que é denominado evasão escolar, ou seja, a constatação do abandono escolar pelo aluno devido a inúmeros fatores já descritos durante a pesquisa, observou-se, assim, que a evasão escolar é influenciada pelas relações econômicas, sociais e culturais, as quais o aluno vivencia.

A legislação brasileira responsabiliza a família, em primeira instância, em orientar os seus entes no campo educacional, porém se esta família não teve acesso ao ensino, seus filhos têm a tendência de reproduzir esta questão, mas, segundo a mesma legislação, o Estado também deve acompanhar este processo de inserção na esfera educacional, uma vez que o Estado não realiza este acompanhamento temos de ter a sensibilidade de não culpabilizar a instituição familiar, pois esta sofre também determinações sócio-históricas.

Para tanto, se fez importante discutir a inserção do assistente social na área da educação, onde este profissional tem competência e conhecimento teórico e crítico para desvelar a realidade que se apresenta no campo de trabalho. Inserido no âmbito educacional, mais precisamente na unidade escolar, o assistente social irá vivenciar diversas demandas, tais como gravidez na adolescência, violência, desinteresse e baixo rendimento escolar, indisciplina, drogas e a evasão escolar.

A intervenção profissional deve estar voltada para uma direção social ética-política no intuito de construir respostas profissionais sustentáveis, visto que o assistente social é formado para se posicionar diante as demandas e apresentar respostas coletivas que visem à democracia e à cidadania.

A inserção do assistente social na educação vem para somar no intuito de garantir o direito à educação e a permanência do sujeito na escola, sendo o claro conhecimento de que a educação que se apresenta hoje, forma trabalhadores para a classe dominante, a educação tem de ser interpretada como um meio para formar cidadãos para que possam exigir e lutar pelos seus direitos, deste modo o profissional contribui para a garantia e efetivação do direito à educação de forma qualitativa, para isso é necessário uma apreensão da realidade social e uma aproximação da família no contexto escolar.

Neste sentido, ao abordar Presidente Prudente e especificamente o Conjunto Habitacional Ana Jacinta, demonstrando sua formação histórica e o sistema de ensino, a pesquisa teve o intuito de analisar essas determinações sócio-históricas que envolvem a evasão escolar.

Presidente Prudente está localizada ao Sudoeste do Estado de São Paulo, tendo por estimativa no ano de 2009 uma população com mais de 207 mil habitantes. A priori, sua expansão se deu pela cultura e economia cafeeira, atualmente é vista como polo comercial e prestador de serviços, verifica-se então que, a cidade passa a ser considerada referência da região do Oeste Paulista.

Em relação ao Ana Jacinta, este se localiza na zona oeste de Presidente Prudente, sendo formado no ano de 1993, por ser um bairro periférico e de ter se constituído rapidamente e sem nenhum planejamento urbano, se faz importante destacar que tais características evidenciaram inúmeras expressões da questão social como: exclusão social, violência e a própria evasão escolar.

Ressaltando o sistema de ensino médio, verifica-se a existência somente de escolas estaduais, onde discutiu-se a “EE Francisco Pessoa”, inserida no bairro referenciado e pontuou-se seus objetivos para com a educação, além de abordar a demanda evasão escolar.

Adentrando no campo de pesquisa, este se voltou para um universo de 33 adolescentes evadidos da escola já citada acima, obtendo uma amostragem de 12 entrevistas, levantando dados pertinentes para entender a evasão próximo de sua totalidade.

Em relação à idade desses adolescentes, foi possível constatar que 42% (quarenta e dois por cento) têm 17 anos e, no que tange a escolaridade dos

mesmos, percebe-se que 59% (cinquenta e nove por cento) abandonaram a escola no primeiro colegial, esta questão está devidamente relacionada com o histórico escolar da família que apresenta um percentual de 40% (quarenta por cento) com ensino fundamental incompleto.

Verificou-se ainda, que nesta escola o índice maior de evasão escolar é entre o sexo masculino, representando 67% (sessenta e sete por cento) das entrevistas, este dado não poderia ser diferente, visto que, neste universo de pesquisa constatou-se que 66,6% (sessenta e seis virgula seis por cento) são masculino, percebe-se que 50% (cinquenta por cento) das famílias sobrevivem com 1 a 2 salários mínimos, este fator contribui na evasão, pois 34% (trinta e quatro por cento) das respostas obtidas nas entrevistas o motivo preponderante da evasão escolar está relacionada com o trabalho, já que esses adolescentes necessitam trabalhar para contribuírem na renda familiar. Outro dado importante é o percentual de familiares empregados que corresponde a 55% (cinquenta e cinco por cento), assim, essa busca pelo trabalho fica evidente quando se constata que 35% (trinta e cinco por cento) desses familiares estão desempregados.

No que se refere aos estudos, se percebe que todos sentem a importância de concluir o ensino médio, visto que, muitos já perderam oportunidades de trabalho por não estarem estudando ou concluído, assim, foi possível analisar que, na atualidade o mercado de trabalho exige cada vez mais uma qualificação profissional dos jovens, contudo, essa é direcionada ao tecnicismo e não preza o desenvolvimento intelectual do sujeito.

Neste sentido, evidenciou-se que dos adolescentes entrevistados, todos pretendem voltar a estudar, porém esse objetivo está relacionado apenas com a inserção no mercado de trabalho, e/ou a busca por um melhor emprego, isso fica claro quando 9 desses adolescentes disseram que o trabalho é a sua principal atividade que desenvolve durante o dia. Relacionando a profissões que gostariam de seguir, constatou-se que 2 adolescentes pretendem seguir a carreira de agrônomo, porém 2 disseram ainda não saber, verificou-se durante as entrevistas que esses não possuem nenhuma perspectiva em relação ao futuro educacional.

Diante dos pontos positivos levantados pelos alunos sobre a escola onde estudavam, as respostas atingiram 67% (sessenta e sete por cento) relacionando os professores, percebeu-se então, um grande elo de comunicação

dos mesmos com os alunos, mas um dado preocupante foi que 25% (vinte e cinco por cento) não souberam informar nenhum aspecto, isso nos faz refletir sobre a falta de ter a escola enquanto ponto referencial na construção de conhecimentos e informações.

Já nos pontos negativos, se observa pela maioria das falas dos entrevistados, que os profissionais não têm autonomia sobre as decisões que cabem a eles, passando pelas demais falas foi possível constatar que as drogas e a violência estão fortemente presentes nesta escola.

Verificou-se ainda que, de acordo com as falas, a escola atualmente pode contribuir na volta desses adolescentes com um ensino diversificado, incentivando a participação e interagindo com os alunos, sendo mais atuantes no que se refere ao respeito e à indisciplina, observou-se que em algumas respostas, vontade e o desejo de voltar aos estudos têm de partir exclusivamente do próprio adolescente.

Uma vez articulada sempre com as exigências da sociedade em questão, tem-se de considerar que a educação hoje, em um modelo neoliberal, atende às diversas dinâmicas e necessidades do capital, ou seja, ela deve preparar, formar e capacitar indivíduos trabalhadores, a educação aqui, é tratada pela lógica do mercado.

Porém, a educação precisa ser apreendida como um espaço onde se tenha a articulação de conhecimentos da realidade para que o indivíduo tenha reflexões e clarezas para intervir na própria realidade, estabelecendo idéias de organizações da comunidade trazendo para a discussão interna da escola o contexto desta comunidade.

Assim, é possível concluir que diante deste modelo descentralizador presente no contexto neoliberal, faz-se necessário propor alternativas que atinjam a realidade de cada adolescente de acordo com suas necessidades levando em consideração as questões econômicas, sociais e culturais, como um projeto de grande amplitude com o objetivo além de educar para o exercício pleno da cidadania vinculando pesquisas e aulas dinâmicas, capacitar e profissionalizar este adolescente, para que isto ocorra, é imprescindível que se identifiquem no próprio município suas características voltadas às relações comerciais para atender às

demandas do mercado de trabalho. A própria escola em parceria com empresas, instituições públicas e privadas fará uma conexão que seja capaz de proporcionar o desenvolvimento intelecto-profissional no intuito de guiá-lo de forma qualificada para atender às especificidades advindas da contemporaneidade.

Para tanto, é essencial que se tenha uma articulação entre as políticas públicas e legislações que envolvem a educação, bem como uma reestruturação física, material e humana no âmbito escolar.

Considera-se então, que os desafios postos para os assistentes sociais são maiores, e não se pode satisfazer apenas com políticas focalizadas, é preciso ter uma visão mais crítica e ampla das expressões da questão social, ou seja, apreender o indivíduo na sua particularidade, identificando suas reais necessidades, articulando e buscando a integração das políticas setoriais, utilizando o trabalho em rede, a fim de possibilitar a eficácia do trabalho realizado pelos profissionais envolvidos neste processo de transformação da realidade e, quanto à efetivação de um direito social, entende-se que, enquanto se vivencia uma sociedade neoliberal, capitalista e concorrencial, onde o individualismo reina em quaisquer discursos, garanti-lo significa continuar a luta pela vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ney L. Teixeira de. **Educação pública e Serviço Social**. Revista Serviço Social e Sociedade nº 63, Ano XXI. São Paulo: Cortez, 2000.

BARBERÁ, Andréya et al. **A centralidade da família na articulação das políticas sociais: assistência social, saúde e educação**. Presidente Prudente, 2007. 91 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, 2007.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOCK, Ana Mercedes Bahia; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, Maria de Lourdes T. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 9 ed. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 43 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos).

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social de 1993**. *In*: Legislação Brasileira para o Serviço Social. 2 ed. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. *In*: Legislação Brasileira para o Serviço Social. 2 ed. São Paulo, 2006.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/6_Nacional_Desenvolvimento/ldb%20lei%20no%204.024,%20de%2020%20de%20dezembro%20de%201961.htm. Acesso em 20 de Abr. de 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692 de 11 de agosto de 1971**. Disponível em: http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l5692_71.htm. Acesso em 20 de Abr. de 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm. Acesso em 20 de Abr. de 2010.

CFESS. **Serviço Social na Educação- Grupo de Estudos sobre Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2001.

CORRÊA, D. **A construção da cidadania: reflexões histórico-políticas**. 4. ed. Rio Grande do Sul: Unijuí, 2006.

COSTA, Edilene Alves; PAIVA, Elizabete Maiorano de; LEITE, Hellen Thaianne Romeiro; SILVA, Luciana Paula da. **A interação escola e família** : possibilidades e limites. Presidente Prudente, 2006. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Serviço Social de Presidente Prudente, 2006.

COUTO, B. R. **O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira**: uma equação possível? São Paulo: Cortez, 2004.

CRUANHES, Maria C. dos Santos. **Cidadania**: educação e exclusão social. Porto Alegre: Fabris, 2000.

D'URSO, L. F. B. **A construção da cidadania**. 2005. Disponível em: <http://www.oabsp.org.br/palavra_presidente/2005/88/>. Acesso em 13 jul. de 2010.

ENTREVISTA, realizada junto aos adolescentes evadidos da escola E. E. Francisco Pessoa, Presidente Prudente, 2010.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 1 mai. 2010.

LAKATOS E. M; MARCONI, M de A. Fundamentos de metodologia científica. 4 ed., rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Eliana B. C. **Educação e Serviço Social**: elo para a construção da cidadania. São Paulo: PUC/SP, 2007. 267 f. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

MENEZES, A. G. S. da. **A evasão escolar e a aprendizagem**: uma reflexão. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/34585/1/A-EVASAO-ESCOLAR-E-A-APRENDIZAGEM-Uma-reflexao/pagina1>>. Acesso em 15 de jul. de 2010.

Motivos da Evasão Escolar. Fundação Getúlio Vargas. Cartilha (2004 e 2006) Disponível em: <<http://www.fgv.br/cps/tpemotivos/>> Acesso em 23 de jun. 2010.

MUSEU e arquivo histórico Prefeito Antonio Sandoval Netto. Disponível em: <<http://museu.presidentepudente.sp.gov.br/historia.php>>. Acesso em: 18 de abr. 2010.

NEVES, Lúcia M. W. **Educação e Política no Brasil de hoje**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Questões da Nossa Época; v.36).

O TRABALHO do assistente social na educação escolar: um compromisso com a cidadania. **Docstoc**. Disponível em <http://www.docstoc.com/docs/24824294/O-TRABALHO-DO-ASSISTENTE-SOCIAL-NA-EDUCA%C3%87%C3%83O-ESCOLAR>> Acesso em: 18 de mai. 2010.

PACIEVITCH, T. **Evasão escolar**. 2009. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/educacao/evasao-escolar/>>. Acesso em 10 julho de 2010.

PINO, Mauro Del. Política educacional, emprego e exclusão social. *In*: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. (orgs.). **A Cidadania Negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PM Presidente Prudente. **Presidente Prudente**: a capital do oeste paulista. Disponível em: <http://www.nossosaopaulo.com.br/Reg_01/Reg01>. Acesso em: 24 de abril de 2010.

PRESIDENTE PRUDENTE. **História de Presidente Prudente**. Disponível em: <http://www.presidenteprudente.net/historia_de_presidente_prudente>. Acesso em: 26 de abril de 2010.

PRESIDENTE PRUDENTE. **Wikipédia**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_Prudente>. Acesso em: 20 de abr. 2010.

REGIMENTO Escolar da Escola Estadual Francisco Pessoa. 1995.

RIZZINI, Irmã; CASTRO, Mônica Rabello de; SARTOR, Carla Silvana Daniel. **Pesquisando**: guia de metodologias de pesquisa para programas sociais. Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 1999.

SANTOS, A. M. **As Contribuições do Serviço Social para a Realidade Escolar no Brasil**. Disponível em: <<http://www.meuartigo.brasilecola.com/educacao/as-contribuicoes-servico-social-para-realidade-escolar-.htm>>. Acesso em 15 set. de 2010.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2009.

SPÓSITO, Elizeu. **A vida nas cidades**. São Paulo: Editora Contexto, 1994

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Textos e Contextos para Leitura de uma Cidade Média**. Presidente Prudente: Pós-graduação em Geografia/FCT, 2001.

VIUDES, E. B. **A Educação como Direito fundamental assegurado pela Constituição Federal de 1988**. 2003. 91 f. Monografia (Bacharelado em Direito) - Faculdades Integradas "Antônio Eufrásio de Toledo", Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2003.

WEREBE, Maria J. Garcia. **30 anos depois**: grandezas e misérias do ensino no Brasil. 2 ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO

DADOS PESSOAIS

1. Identificação

Nome: _____

End: _____ nº _____

Bairro: _____

Data de Nascimento: ___/___/___ Idade: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

2. Renda Familiar:

- () Sem Renda
- () Abaixo de 01 Salário Mínimo
- () 01 Salário Mínimo
- () 01 até 02 Salários Mínimos
- () 02 até 03 Salários Mínimos
- () 03 a 05 Salários Mínimos
- () Acima de 05 salários Mínimos

3. Algum Membro da Família é Beneficiário de Programas Sociais:

- () Bolsa Família () Renda Cidadã () Ação Jovem () BPC
- () Outro Benefício: _____

4. Qual o nível de formação escolar de sua família?

- Analfabeto**
- Ensino Fundamental Incompleto**
- Ensino Fundamental Completo**
- Ensino Médio Incompleto**
- Ensino Médio Completo**
- Ensino Superior Incompleto**
- Ensino Superior Completo**

5. Qual motivo pelo qual parou de estudar? Por quê?

6. Qual a importância do estudo para você? E para sua família?

7. Que profissão você gostaria de seguir?

8. Você pretende voltar a estudar? Por quê?

9. Que atividades você desenvolve ou gostaria de desenvolver?

10. Em algum momento, a ausência de estudo o fez perder alguma oportunidade?

11. O que você acha da escola onde estudava? Cite pontos positivos e negativos.

12. Como a escola e os profissionais da rede escolar podem contribuir para que você retorne a escola?
